

RELATÓRIO DE

Auto-Avaliação



2014-2015

Grupo Coordenador da Autoavaliação:

João Sousa (Coordenador)

Ângela Lopes

Célia Gonçalves

Sandra Pinto

Celeste Ferreira / 12ºAno TAP;

João Pedro Moreira/ 11ºTPA;

Pedro Magalhães/ 11º ano TPCQA.

Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto
Julho, 2015

Índice

1.	O (s) sentido(s) da autoavaliação	4
2.	O Grupo Coordenador da Autoavaliação da Escola Profissional de Fermil (EPF)	8
3.	O Plano de Atividades.....	9
a.	O Cronograma do Projeto.....	11
	l. A Voz dos Coordenadores de Departamento	16
4.	Plano de Formação da Escola (PFE)	27
5.	Avaliação das atividades da escola e da concretização do Projeto Educativo da Escola (PEE) 27	
	a. Concretização dos objetivos e metas projeto educativo da escola.....	28
	b. Avaliação da concretização do Plano Anual de Atividades (PA).....	30
	c. Análise dos resultados escolares e prestação dos serviços educativos	30
	c.1. Turmas, alunos e módulos concluídos	31
	c.2. O sucesso dos alunos nas diferentes disciplinas	36
	c.3. Eficácia das medidas de apoio	38
	Conclusões.....	40
	Referências bibliográficas:.....	42
	ANEXOS.....	44
	Anexo 1 - Guião das Sessões.....	45
	Anexo 2 - Plano de atividades.....	60
	Anexo 3 - Power-point da apresentação do Plano de Atividades do GCA à comunidade escolar	64
	Anexo 4 - Planos de melhoria – Prevenção Rodoviária	Erro! Marcador não definido.
	Anexo 5 – Página da Escola.....	Erro! Marcador não definido.
	Anexo 6 – Checklist.....	Erro! Marcador não definido.
	Anexo 7 – GRELHA DE ANÁLISE DE DOSSIÊ DE DEPARTAMENTO CURRICULAR	Erro! Marcador não definido.
	Anexo 8 - Guião-Entrevista aos Coordenadores de Departamento	Erro! Marcador não definido.
	Anexo 9 – Plano de melhoria da Associação de Estudantes.....	Erro! Marcador não definido.
	Anexo 10 – Plano de melhoria da Comunicação	Erro! Marcador não definido.
	Anexo 11 – Estatutos da Associação de Estudantes	Erro! Marcador não definido.

Introdução

Uma dinâmica de avaliação interna é aquela em que o processo é conduzido e realizado exclusivamente (ou quase) por membros da comunidade educativa da escola. Pode ser definida como a análise sistemática de uma escola, realizada pelos membros de uma comunidade escolar com vista a identificar os seus pontos fortes e fracos e a possibilitar a elaboração de planos de melhoria.

Alaiz, Góis, & Gonçalves (2003).

Se a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), marca o lançamento da avaliação do sistema, a partir do seu artigo 49.º, é a Lei nº 31/2002 de 20 de Dezembro, que, mais de uma década após, regulamenta o sistema de avaliação do sistema educativo não superior, ressaltando que a avaliação se sustenta na *base da autoavaliação, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas e na avaliação externa* (capítulo II, artigo 5.º).

A publicação da LBSE consagra o princípio da participação, que é desenvolvido de forma a *contribuir e desenvolver a prática democrática (...) na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias* (alínea I, do artigo 3.º da Lei nº 46/86 de 14 de Outubro). Repare-se que o valor da participação emerge ainda como princípio organizativo em que se apela aos docentes para que valorizem uma participação responsável e democrática na vida da escola, em conjunto com os restantes atores educativos. O preâmbulo do Decreto-Lei nº 75/2008 reforça esta mensagem quando se afirma necessário *assegurar os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente*, salientando-se também a necessidade de a escola *“prestar contas (...) àqueles que serve”*.

Este modelo sugere, assim, a participação de cada indivíduo nas organizações em que se integra, posicionamento que pressupõe visão e ação, uma orientação participativa (Lima,1992) no sentido de convergir com as metas e os objetivos dessa organização o que implicará não só um fazer na organização, mas também um conhecer da e na organização, como poderá ser o caso do alcance da excelência através de técnicas avaliativas de escolas.

É neste contexto que a autoavaliação da escola pública ganhou protagonismo, assumindo-se como um elemento de mudança, visando a melhoria organizacional e da gestão, promotora de uma cultura profissional colaborativa e base para a construção dos alicerces de um leque de oferta formativa adequado à territorialidade de cada uma.

A autoavaliação é um exercício coletivo, assente no diálogo, na ponderação, na análise de documentação e situações e no confronto de perspetivas sobre o sentido da escola e da educação que esta ministra. Nas escolas portuguesas por imposição da tutela, começa a generalizar-se uma certa cultura de autoavaliação.

Envolver e agir assumem-se como meta dos processos de autoavaliação das escolas e os decisores devem ter como preocupação fundamental o aumento do envolvimento e a motivação dos elementos da comunidade educativa através do fornecimento de informação sobre os processos e os resultados, e da assunção dos resultados da avaliação bem como de um direito público.

O Decreto-Lei nº 75/2008, revogante do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, propõe um novo modelo de gestão das escolas portuguesas que sustenta a existência de um diretor para as escolas públicas, numa estratégia com sentido de conferir mais visibilidade e uma melhor prestação de contas à comunidade por parte da gestão escolar. O estabelecimento de métricas, a capacidade de autorregulação e a procura da qualidade no sistema educativo e nas escolas, são objetivos importantes a que as escolas deverão estar mais atentas, refletindo-se nos documentos estruturantes da escola.

O mesmo documento estabelece, no número 2 do seu artigo 9.º, como instrumento de autonomia dos agrupamentos de escolas, para efeitos da respetiva prestação de contas, o relatório de autoavaliação. É entendido para os efeitos do presente Decreto-Lei, na alínea c) do mesmo artigo, que o relatório de autoavaliação procederá à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no projeto educativo e à avaliação, organização e gestão das atividades realizadas pelo agrupamento de escolas (AE)/escola, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo.

1. O (s) sentido(s) da autoavaliação

A autoavaliação pressupõe a inclusão dos atores organizativos, o seu envolvimento e motivação, dando-lhes uma verdadeira autonomia e responsabilização. Este carácter coletivo e participativo permite *momentos de recuo crítico e uma reflexão menos apaixonada das práticas, com explicitação das contradições ao nível das ações e*

reações (Alves e Machado, 2008, p. 11). Supor que a autoavaliação não transforma efetivamente a vida e as práticas dos professores, dando-lhes uma verdadeira autonomia e responsabilização, é uma perspetiva comodista, imobilista, provocadora de inalterabilidade da vida quotidiana nas escolas.

Os estabelecimentos de ensino podem interrogar-se sobre o valor das suas práticas e corrigi-las recorrendo à autoavaliação, uma vez que os seus atores estão bem colocados no estabelecimento para saberem o que se passa e quais as correções a fazer. A autoavaliação permite a produção controlada de informação relevante sobre a escola, podendo esta informação ser um instrumento essencial no exercício do poder das relações das escolas com o exterior. A autoavaliação permite ao estabelecimento adaptar-se ao seu público, às variações que podem ocorrer no contexto, permitindo-lhe tornar-se numa *escola aprendente*, tirando partido até dos seus próprios insucessos.

Como temos vindo a referir em relatórios anteriores, a autoavaliação deve basear-se em referenciais internos, construídos a partir de opções políticas próprias, com as quais se consagra o princípio da autonomia. Projeto Educativo, Projeto Curricular, Regulamento Interno serão instrumentos de gestão que só se poderão configurar num cenário de autonomia se tiverem uma relação forte com um dispositivo interno de avaliação.

A autoavaliação deverá medir o grau de concretização dos projetos educativos, o que diz respeito ao nível de execução das atividades e ao sucesso escolar, este último avaliado através da capacidade de promoção da frequência escolar e dos resultados do desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, em particular dos resultados identificados através dos regimes de avaliação das aprendizagens em vigor.

De acordo com Formosinho e Machado, a autonomia provoca *maior responsabilidade e a prestação de contas* das escolas à administração e à comunidade, *a quem fornece a informação necessária aos atores sociais*. Para a administração representa a *substituição da gestão direta e centralizada pela regulação*. A cada escola é facultada a hipótese de proceder à *sua diagnose*, permitindo-lhe identificar as estratégias mais adequadas de melhoria (2010, pp. 42-43).

No modelo de gestão das escolas proposto, aquando da publicação do Decreto-Lei 75/2008, já se induz a prestação de contas e os concomitantes processos de avaliação, propondo-se, fundamentalmente, *reforçar a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino, (...) as lideranças das escolas e (...) a*

autonomia, prevendo a apresentação do relatório de autoavaliação, em que se procura expressar os graus de concretização do Projeto Educativo.

A lei não estabelece normas relativamente aos procedimentos de avaliação, pois apenas formula a exigência de que estes se devem submeter *a padrões de qualidade devidamente certificados* (art.º 7.º). Perante esta exigência, tornou-se necessário escolher de que forma se iria implementar o estipulado na lei. Desde logo ficou claro que o processo escolhido para implementar a autoavaliação da Escola Profissional de Fermil (EPF) deveria cumprir o estipulado no anteriormente referido art.º 7.º da Lei n.º 31/ 2002, em sintonia com os seguintes objetivos do sistema de avaliação, preconizados no seu artigo 3.º:

- Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da organização da escola e dos seus níveis de eficiência e eficácia;
- Assegurar o sucesso educativo baseado numa política de qualidade, exigência e responsabilidade;
- Incentivar ações e processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados da escola;
- Garantir a credibilidade do desempenho da escola.

Na versão do referido Decreto-Lei, após as alterações de 2009 (Decreto-Lei nº 224/09) e 2012 (Decreto-Lei nº 132/12), torna a exigir-se (ponto 3 do Artigo 57º), como requisito para a apresentação de propostas de contratos de autonomia *a conclusão do procedimento de avaliação externa*, isto lado a lado com a existência de *um projeto educativo contextualizado, consistente e fundamentado*. O alegado processo de descentralização, assim como a qualidade das escolas e das suas práticas educativas e organizacionais aparece atualmente indelével de processos de autorregulação que, permitindo um autoconhecimento crítico e fundamentado, permitirá uma melhoria dos resultados, tanto das escolas, como, supomos, do próprio sistema de ensino.

Importa referir, que o artigo 9.º, do Decreto-Lei nº 137/2012 (uma republicação 75/2010), refere como um dos instrumentos de autonomia o relatório de autoavaliação, concebendo-o como

o documento que procede à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no projeto educativo, à avaliação das atividades realizadas pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada e da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo

acrescentando que uma das competências do Conselho Geral é *apreciar os resultados do processo de autoavaliação* (alínea K, do artigo 13.º).

Concordamos com Carmo Clímaco (2007, p. 32), a propósito dos relatórios de avaliação e autoavaliação, quando diz que *o que mais interessa é fazer deste documento uma oportunidade para discutir, esclarecer, comparar, comentar ideias, projetos e ações, rever estratégias, no fundo, dizemos nós, para promover aprendizagem profissional e organizacional.*

A EPF procura a excelência com o principal objetivo de melhorar a qualidade do seu serviço enquanto instituição educativa, satisfazendo as necessidades do pessoal docente (PD) e do pessoal não docente e (PnD), assim como dos alunos e pais/encarregados de educação.

Estamos convictos de que o modelo que suporta a autoavaliação é muito complexo, multidimensional e interativo e pode induzir vários riscos que pretendemos evitar, como, por um lado, o mero cumprimento de um desígnio normativo, por outro, uma replicação da tecnicidade sugerida pela avaliação externa a realizar por peritos, de molde a traçar um arquétipo objetivo e neutro da organização. Não é nesta matriz que queremos construir este relatório. Pelo contrário, ele configura um documento de trabalho que projeta uma reflexão de práticas e a partilha de opiniões. É a partir deste confronto de ideias que se construirá um diagnóstico o mais consensual possível, a partir do qual se continuarão a definir planos de melhoria do funcionamento da escola. Foi assim antes e será assim no futuro. Este documento só poderá ser avaliado *à posteriori*, ou seja, quando for possível averiguar se o mesmo serviu para melhorar o funcionamento, a gestão e organização da Escola e, simultaneamente, para apontar e propor sugestões para os problemas.

O facto de, nestes três anos, termos constatado que várias situações diagnosticadas foram alvo de reflexão, preocupação, extensiva a mais atores e, em certos casos, objeto de efetiva reformulação, anima-nos no prosseguimento deste tão necessário trabalho coletivo.

2. O Grupo Coordenador da Autoavaliação da Escola Profissional de Fermil (EPF)

Neste ano letivo, foram reconduzidos para integrar o Grupo Coordenador de Autoavaliação (GCA) os professores João Carlos Sousa (Coordenador) e a representante do Pessoal não Docente (PnD), Ângela Lopes. A estes elementos juntaram-se os professores Célia Gonçalves, Luís Matos, Isabel Araújo e Sandra Pinto. Participaram, apenas quando solicitados, os alunos da escola e de cada ano/nível de escolaridade:

- Celeste Sofia Gonçalves Ferreira / 12.ºAno TAP (Técnico Auxiliar Protésico);
- João Pedro Fonseca Moreira/ 11.ºTPA (Técnico de Produção Agrária);
- Pedro António Pires Magalhães/ 11.º ano TPCQA (Técnico de Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar).

A escolha e a participação esporádica dos representantes dos alunos relacionou-se, especialmente, com a sua disponibilidade para participar na criação da Associação de Estudantes da Escola. Outros alunos foram ouvidos, de forma aleatória e informal, sobre alguns problemas emergentes na comunidade escolar.

Apesar da significativa alteração no grupo de professores, a preparação, organização e elaboração das tarefas não foi minimamente prejudicada por esta situação. Os três professores que, pela primeira vez, integraram o grupo davam a impressão de há muito estarem familiarizados com estas funções.

Como vem sendo hábito, o Grupo GCA decidiu reunir semanalmente e considerou relevante elaborar o seu Plano de Atividades (PA), um documento que procurou refletir as principais preocupações e constrangimentos, decorrentes quer dos relatórios de Avaliação Externa (AE) anteriores, quer dos diversos atores e intervenientes no quotidiano escolar, auscultados formal e/ou informalmente ao longo do tempo.

Após alguma ponderação, os elementos dos GCA procederam à distribuição de tarefas para preparar a apresentação à comunidade educativa do trabalho realizado pelo grupo no ano letivo transato. O professor Luís Matos ficou responsável pela sintetização dos resultados dos questionários. A professora Célia Gonçalves procedeu à análise do relatório de auto-avaliação. Esta docente e a professora Sandra Pinto ficaram encarregadas da elaboração e avaliação dos planos de melhoria referentes, entre outros aspetos, aos circuitos de comunicação interna, à educação/prevenção rodoviária, à

criação da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e Encarregados de Educação. A monitorização dos resultados escolares ficou a cargo da professora Isabel Araújo.

3. O Plano de Atividades

A 23 de outubro de 2014, o GCA reuniu-se pela primeira vez, reiniciando os trabalhos, fazendo um balanço das atividades desenvolvidas no ano anterior:

O coordenador informou os presentes dos objetivos do GCA e do seu âmbito de ação. De seguida, procedeu a um breve balanço sobre a atividade desenvolvida no ano anterior, nomeadamente a aplicação de inquéritos e entrevistas para identificar pontos fortes e fracos da Escola Profissional de Fermil, os planos de melhoria elaborados para colmatar as deficiências identificadas, os esforços do grupo para apoiar a criação da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e Encarregados de Educação e para fomentar a participação de todos os elementos da comunidade nas atividades desenvolvidas pelo grupo. Salientou o facto de não ter sido realizada a avaliação dos parâmetros relacionados com o sucesso/insucesso escolar, situação alheia à responsabilidade do grupo, uma vez que, apesar da insistência do coordenador, não lhe foram facultados os dados (anexo 1- pp. 1).

Foram apresentadas as linhas orientadoras para a elaboração do plano de atividades do grupo e fornecida alguma bibliografia de referência, assim como todos os documentos elaborados no ano anterior.

O processo de autoavaliação impõe um planeamento adequado de toda a atividade da Escola, através de processos de melhoria contínua ao ritmo possível da Escola e em função dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do respetivo processo.

A metodologia utilizada na EPF, com início já em outubro de 2010, continuou a desenrolar-se da seguinte maneira:

- a) Reinício dos trabalhos do grupo de autoavaliação;
- b) Balanço das atividades realizadas no ano anterior;
- c) Auscultação informal da comunidade escolar sobre procedimentos estratégicos a desenvolver para se retomar o processo de autoavaliação da Escola;
- d) (Re)elaboração de um regulamento do grupo de autoavaliação;
- e) Administração de Inquéritos por questionário de resposta aberta, junto dos vários intervenientes no processo de ensino/aprendizagem, visando a identificação de pontos fortes e fracos da instituição e a eventual criação de planos de melhoria;

- f) Verificação da implementação dos planos de melhoria elaborados no ano letivo anterior;
- g) Elaboração de planos de melhoria, de acordo com as necessidades emergentes;
- h) Monitorização da implementação dos planos referidos na alínea g);
- i) Realização das entrevistas, de acordo com o guião elaborado no ano letivo anterior, e análise documental a fim de monitorizar o cumprimento das funções e responsabilidades dos órgãos de liderança intermédia;
- j) Elaboração de Plano de Atividades (PA).

Decorrente, ainda, de uma análise pormenorizada do relatório final da Avaliação Externa (AE) à EPF, a 08 e 09 de maio de 2012, e dos Relatórios de Autoavaliação referentes aos anos letivos 2011-2012 e 2012-2013, 2013 -2014 constatou-se a existência de algumas fragilidades em relação às quais urgia intervir, de forma a garantir o melhor funcionamento da Escola. Assim sendo, o GCA optou por manter a focagem da sua futura intervenção nesses pontos para ajudar a melhorar a qualidade dos serviços prestados pela escola. Voltamos a recordar que os pontos definidos pela equipa da AE foram os seguintes:

- a) Resultados escolares;
- b) Observatório da empregabilidade e progressão de estudos;
- c) Acompanhamento e execução do Plano Anual de Atividades;
- d) Monitorização das funções e responsabilidades das lideranças intermédias.

De acordo com o PA do GCA, todos os pontos fracos detetados pela AE foram alvo de reflexão e definição posterior de intervenção, sendo, ao longo destes anos, realizadas sessões públicas de esclarecimento à comunidade escolar para demonstrar o trabalho realizado e as alterações feitas pela Escola em prol da melhoria do seu serviço público.

Decidiu-se que o plano de atividades (**anexo 2**) continuaria a ter a seguinte estrutura:

- Elementos do grupo de autoavaliação escolar;
- Objetivos gerais da autoavaliação segundo o Decreto-lei 31/2002, de 20 de Dezembro;

- Atividades e estratégias;
- Intervenientes;
- Calendarização das atividades;
- Observações ou outras indicações necessárias.

Decorrente do processo de autoavaliação, foram ainda sugeridos alguns planos de melhoria que, como veremos, foram sendo sucessivamente ratificados pelo Conselho Pedagógico

Na sessão seguinte, o Coordenador apresentou os inquéritos elaborados e realizados a toda a comunidade escolar no ano transato, devendo o presente grupo analisar os mesmos e apresentar os resultados. A partir destes resultados foram elaborados planos de melhoria.

No que toca ao plano de atividades deste grupo, entendeu-se que a análise dos planos de melhoria era fundamental, de forma a fazer-se um ponto da situação e definir linhas orientadoras para colmatar elementos menos satisfatórios. Decidiram ainda que seguiriam o modelo de plano já existente para a realização dos guiões das diferentes sessões.

Os docentes presentes indicaram que o *site* da escola não estava a funcionar na sua plenitude nem se encontrava devidamente atualizado, inviabilizando um importante elemento de divulgação da escola e também uma fonte de informação para todos os elementos da comunidade escolar. Também referiram que a inexistência de conselhos de curso dificultava a articulação entre as disciplinas das diferentes componentes dos cursos.

a. O Cronograma do Projeto

De seguida, o GCA delineou uma calendarização para desenvolver as várias fases do processo. Após a leitura do relatório elaborado no ano letivo anterior, procedeu-se à análise e síntese das linhas orientadoras a disponibilizar a toda a comunidade escolar.

b. A apresentação à comunidade escolar

O trabalho do GCA foi divulgado numa sessão dirigida a toda a comunidade escolar, que decorreu no dia 27 de novembro, pelas 16h 15m, no auditório da EPF.

A apresentação à comunidade do Relatório de Autoavaliação e do Plano de atividades decorreu no dia vinte e sete de novembro, tendo-se elaborado uma apresentação em powerpoint (anexo 3) do relatório de autoavaliação e do Plano de Atividades (anexo 2) para ser divulgada perante toda a comunidade escolar.

Após a apresentação, foi dada a palavra à assistência. O Sr. Diretor, Fernando Fevereiro, interveio em relação à ausência de dados referentes aos resultados escolares dos alunos no ano transato. Reconheceu o facto, porém salientou que o desempenho escolar global melhorou, resultando num aumento de crédito horário para este ano letivo. A D.^a Rosa Carvalho, assistente operacional, também interveio sobre questões relacionadas com a limpeza dos espaços.

c. Desenvolvimento da atividade do GCA

A 7 de janeiro, o GCA retomou funções tendo-se informado o grupo do início do processo para a constituição da Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, tendo já sido contactado o Conservador, de forma a obter os esclarecimentos e a legislação necessários para a concretização deste processo.

Além de nova análise do Plano Anual de Atividades da equipa GCA, procedeu-se à definição dos Planos de Melhoria a concretizar prioritariamente, decidindo-se pelo Plano de Melhoria para a página da *Internet* da Escola e pelo Plano de Melhoria para a Prevenção Rodoviária (anexo 4).

Decidiu-se também solicitar à Direção a divulgação dos resultados escolares do primeiro período, logo que possível, de forma a monitorizar os mesmos.

Na reunião da semana seguinte, procedeu-se a uma análise cuidada e atenta da página da *Internet* da escola, com a abertura e verificação de cada um dos temas apresentados e respetivos *links*. Foram referenciados os constrangimentos detetados, tendo sido elaborada a primeira parte do respetivo Plano de Melhoria. Concluído o Plano (anexo 5), foi encaminhado para a Direção da Escola de forma a ser discutido e ratificado em reunião do Conselho Pedagógico.

Na reunião de 28 de janeiro foi enviado ao Sr. Diretor, por correio eletrónico, o Plano de Melhoria relativamente ao *site* da escola.

O coordenador deste grupo de trabalho informou de que se iria fazer uma recolha de materiais para a escola de Homoine, em Moçambique com quem a Escola de Fermil

está geminada, nomeadamente retroprojetores e outros materiais. Além desta recolha de materiais, também se pretende desenvolver um plano de cooperação no que toca à formação de professores.

A 11 de fevereiro, os elementos do GCA, analisaram o grau de implementação dos planos de melhoria apresentados no ano letivo anterior no sentido de aferir o seu grau de concretização. Os mesmos eram referentes à criação da Associação de Estudantes, à prevenção e segurança rodoviárias, à avaliação das atividades do Plano Anual de Atividades e à análise das taxas de assiduidade, sucesso escolar dos alunos, abandono e ocorrências disciplinares.

Concluíram que, no respeitante à criação da Associação de Estudantes, o processo estava no bom caminho, mas quanto aos restantes planos, e perante a falta de dados, os elementos do GCA optaram por solicitar uma reunião com o Diretor da Escola a realizar após a interrupção letiva de fevereiro, por questões de conciliação de agenda.

Para além disso, e dando continuidade ao trabalho realizado pelo grupo no ano anterior, o coordenador sugeriu que se procedesse à análise dos dossiês dos vários departamentos.

i. Os dossiês de departamento curricular

Depois de ter elaborado uma *checklist* para a análise dos dossiês de Departamento Curricular (anexo 6), que reuniu consenso, e após ter obtido a respetiva autorização por parte da direcção, os elementos do grupo procederam à sua análise.

O primeiro dossiê a ser analisado foi o do Departamento de Línguas. Verificou-se que este dossiê existia em suporte digital e de papel e que se encontrava devidamente atualizado, constando do mesmo todos os itens da *checklist*, à exceção de matrizes dos exames de recuperação, pois o documento não existe enquanto documento oficial da escola, sendo, por isso uma sugestão deste grupo de trabalho que o mesmo seja elaborado, tendo em conta os critérios de avaliação de cada disciplina.

Seguiu-se a análise do dossiê do Departamento de Ciências Humanas e do de Matemática e Ciências Experimentais.

As conclusões decorrentes da referida análise constam das grelhas elaboradas (anexo 7). Importa ressaltar que, na generalidade os dossiês cumprem com a maior parte dos parâmetros, embora revelem alguma heterogeneidade no que diz respeito à sua

composição. Esta análise levantou ainda a questão de nos três departamentos se ter verificado que as reuniões ordinárias, que se deveriam realizar uma vez por mês na sequência de cada Conselho Pedagógico, acontecerem de forma muito mais esporádica.

De forma a termos uma visão integrada e contextualizada do trabalho realizado pelo GCA com os Departamentos Curriculares, voltamos a apresentar, de seguida (ponto 3.3.2), o teor das entrevistas realizadas no ano anterior aos respetivos Coordenadores de Departamento.

ii. Entrevistas aos Coordenadores de Departamento

O guião de entrevista (anexo 8) é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto que serve de base à realização de uma entrevista propriamente dita. O nosso guião foi construído com questões abertas (resposta livre) e semiabertas (parte da resposta fixa e outra livre).

Garantimos a confidencialidade dos entrevistados e das suas respostas e sublinhamos a necessidade da sua colaboração, sem qualquer tipo de constrangimento. Procuramos ser simpáticos com o grupo, usando um tom de conversa muito informal. Apresentamos as questões oralmente e por escrito, combinando as duas linguagens. Pedimos a cada entrevistado para dizer em voz alta o que estava a pensar, o que pensou em fazer e se estava com alguma dificuldade na resposta.

Pensamos que foi criado um ambiente agradável para a realização das entrevistas, que decorreram durante cerca de uma hora e trinta minutos.

Procedemos ao enquadramento do guião destas entrevistas no processo de autoavaliação da escola. Referimos que este processo interno já tinha alguns anos, por isso o guião já estava preparado. O processo foi-se alongando e só pôde ser realizado nesse momento, aproveitando a disponibilidade dos três entrevistados a quem chamamos entrevistados 1, 2 e 3.

Os elementos que constituem o GCA foram instruídos para que as entrevistas decorressem com um tom e num ambiente o mais informal possível, de forma a não existirem fatores prejudiciais à sua concretização.

Antecipada e intencionalmente, mostramos o guião da entrevista, que apresentava questões como: “Desde quando é que exerces o cargo de coordenador de Departamento? Houve um processo de nomeação, de eleição?” Ou Melhor: “Estava

condicionado o processo a decorrer segundo a Lei que determina que o Diretor apresenta três nomes ao conselho pedagógico? Foi essa a situação que ocorreu na Escola?”

Por último, importa referir que optamos pelo formato de painel, dando aos entrevistados a possibilidade de levantarem questões relevantes em relação à Escola, que foram, posteriormente, discutidas pelo grupo. O painel de entrevistas propiciou uma via de comunicação bilateral, que, inclusive, indicou critérios adicionais a serem pesquisados.

Creemos que a utilização desta técnica gerou energia no grupo, criando uma maior diversidade e profundidade de respostas, ou seja, este esforço combinado de pessoas produziu mais informações do que simplesmente o somatório das respostas individuais.

Recordamos que na reunião de trabalho de 01 de fevereiro de 2012, o GCA decidiu analisar cuidadosamente o aspeto mais destacado nos resultados dos inquéritos efetuados como sendo aquele que deveria melhorar urgentemente, ou seja, a comunicação e o processo da circulação da informação (TEMPO E PROCESSO/ CADEIA DE INFORMAÇÃO).

Relativamente às entrevistas, o GCA havia decidido promover conversas (in)formais com elementos com mais responsabilidade no assunto a ser estudado/avaliado: diretor da escola, coordenadores de departamento, coordenadores de curso, coordenador de diretores de turma, chefe dos serviços administrativos, encarregada e encarregado operacional dos auxiliares de ação educativa da escola e dos funcionários da quinta.

Assim, depois de realizadas, nos anos letivos anteriores, entrevistas aos Pais e/ou Encarregados de Educação (painel de entrevistas), o GCA, entrevistou, a 28 de maio, de 2013, das 11h às 12h30m, o Diretor da Escola Profissional e, no dia 12 de junho, de 2013, das 11h às 12h30m, a Coordenadora dos Assistentes Operacionais e um Assistente Operacional da Exploração Agrícola.

No dia 19 de julho de 2014, entrevistamos, individualmente, os Coordenadores dos Departamentos, pela seguinte ordem: Ciências Sociais e Humanas, Matemática e Ciências Experimentais e Línguas, respetivamente, às 10h, 12h e 15h15m.

O local era adequado, confortável e com excelentes condições acústicas e de visibilidade. Começamos por solicitar aos entrevistados que se sentissem à vontade, pois estavam em casa, e explicamos os objetivos da entrevista.

I. A Voz dos Coordenadores de Departamento

Feita a análise de conteúdo, passamos a apresentar as principais conclusões.

a. Constituição dos Departamentos:

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

O meu Departamento é constituído por Economia, Contabilidade, História, que é a Paula, o José Carlos, Filosofia, e os de Educação Física, somos cinco professores. Escolas por onde tenho passado são para aí vinte ou mais, agora o departamento não é bem assim em todas as escolas, Educação Física normalmente não está neste departamento.

Departamento de Matemática e Ciências Experimentais

Eu tenho mais de metade, são quase todos: matemática, as técnicas todas, biologia, química...(…) É mais de metade, são para aí vinte .

Departamento de línguas

Tenho três de português, duas de inglês e três de francês.

b. Documentos arquivados no dossiê de departamento

À pergunta sobre os documentos que os professores de cada Departamento colocam no respetivo dossiê, as respostas foram, de certa forma, homogéneas e complementares.

Vejamos:

Tenho o calendário escolar, o manual de atividades, convocatórias, atas de departamento, sínteses do conselho pedagógico, visitas de estudo, planificações, relatórios e planificações das disciplinas de departamento (...). Os testes também são arquivados, mas no dossiê de curso. (Entrevistado 1)

“O meu dossiê?! O meu dossiê é digital! Estive a pô-lo em ordem e tem 32GB.” (Entrevistado 2)

Neste momento, arquivo convocatórias, atas, planos individuais que se possam estar a aplicar aos alunos, testes, correspondência...Relativamente às visitas de estudo, esses planos, foi-me dito em pedagógico, que se entregavam na Direção. Eu gosto de os entregar no conselho pedagógico para ficar em ata que foram entregues. Não é muito bem visto, mas eu faço questão de entregar os meus, aqueles que são gerais de

departamento, tipo Natal. (...). Aquelas coisas que a gente festeja em Departamento, eu entrego, tenho-os em minha posse, mas, por exemplo, as colegas que fazem ou fizeram uma visita de estudo com um técnico qualquer entregam-nas apenas na Direção. Mas, se queres a minha opinião, não concordo muito com esse ponto, porque eu também como tenho que avaliar atividades eu preciso de saber o parecer, mas se eu pedir às colegas, elas entregam-me isso imediatamente. (Entrevistado 3)

c. Frequência de realização das reuniões

Apesar de o Regulamento Interno preconizar uma reunião mensal (artigo nº66, do Regulamento Interno), nenhum Departamento segue essa periodicidade. Como dizem os entrevistados: *“Eu até pensava que era uma a seguir à reunião de cada Conselho Pedagógico para passagem das informações, mas como aqui a prática é enviar sínteses ...”* (Entrevistado 1). *No entanto, podem reunir mais que uma vez por mês. Assim, a frequência não é definida.”* (Entrevistado 2), ou, *Sempre que o Conselho Pedagógico tem algum assunto importante que tenha de ser debatido em departamento (...) e já fizemos mais este ano por assuntos que tiveram de ser tratados atempadamente para levar depois à reunião do Conselho Pedagógico. (Entrevistado 1)*

Normalmente faz-se sempre no início do ano lectivo. Na primeira semana procuro fazer a primeira reunião. Este ano foi na segunda, porque havia falta de duas colegas que foram colocadas, depois, mais tarde. Portanto, eu tento, no primeiro período, fazer duas reuniões. (Entrevistado 3)

No segundo período, faço a reunião que é obrigatória pelo Regulamento Interno da escola e, depois, claro, estou sempre disponível para uma reunião extraordinária, caso alguma colega assim o peça. No terceiro período, faço uma outra reunião para fazer um ponto da situação, atividades desenvolvidas, se valeram a pena ou não, se valeu a pena o PAA que fizemos, se houve objetividade, se se concretizaram os objetivos (repetem-se umas ou eliminam-se outras e porquê), fazer o ponto de situação pedagógica, o que foi lecionado, o que ficou por lecionar, até como há continuidade de turmas e professores o que ficar por lecionar é ótimo que a turma fique dada a esse mesmo professor, que, depois, faz, no início do ano letivo, uma abordagem do que ficou por lecionar. De um modo geral é isso, e que atividades é que neste último período se podem já começar a pensar propor para o PAA, em Setembro. (Entrevistado 3)

d. Comunicação da informação no Departamento:

A comunicação faz-se preferencialmente através das reuniões de Departamento ou *como o departamento é mais reduzido, tem cinco elementos, é fácil, eu faço uma síntese da reunião do pedagógico e a síntese é enviada a todos os professores, é assim que é feito (...). |Recebem via email| e está arquivado também no dossiê, é o que está no regulamento Interno.*” (Entrevistado 1)

Depois de assistir às reuniões faço uma súmula e tento, no mesmo dia ou no dia a seguir, passar a informação, faço um registo e envio a súmula. (Entrevistado 3).

Eu funciono por email (...). As minhas reuniões não são feitas só por fazer, tem que ter algum assunto, se não tiver assunto não vale a pena reunir e, para já, a frequência (uma vez por período) tem chegado para os assuntos. (Entrevistado 2)

Sugeriu-se, ainda, que a Coordenação de Curso assumisse algumas funções adstritas aos Departamentos. Assim, *o Departamento podia reunir, mas a base devia ser a nível dos cursos, o diretor de curso é que devia ter as propostas e, depois, o Departamento. O Departamento tem pouca gente e as funções são muitas, trata de elementos das atividades de acordo com o perfil do curso, quando se fala no Departamento de curso isso devia ser, porque no Departamento não estão os professores todos, só está uma parte, devia ser ao nível do curso.* (Entrevistado 2)

Recordamos que já foi instalado na Escola um circuito interno de comunicação, com três monitores instalados, um no *bufê*, outro na sala de professores, e outro no *hall* de entrada principal da Escola. Além de que todos os documentos estruturantes estão disponíveis na página da *Internet* para serem consultados em qualquer momento.

e. Alguns problemas diagnosticados

e.1. Insucesso escolar/Módulos em atraso

Um dos temas abordados foi a avaliação dos alunos, na sequência da deteção de algumas disciplinas com mais módulos em atraso, situação que desencadeou uma análise em sede de Conselhos de Departamento.

Fez-se uma reunião normalíssima e chegou-se à conclusão de que o insucesso do nosso departamento era reduzido. Na Educação Física ainda não havia notas lançadas e o professor disse, na altura, que, em princípio, não havia insucesso ou não tinha um

insucesso significativo. A Área de Integração também não, portanto, no meu departamento, não havia insucesso (Entrevistado 1).

Noutras situações, constataram elevado insucesso escolar nas disciplinas do Departamento, por isso reuniram para averiguar as causas do mesmo e tentar arranjar estratégias de remediação. Foi destacado a disciplina de Matemática, cujo docente tinha adotado o seguinte procedimento para viabilizar a recuperação de módulos em atraso: *elaborar um relatório. Dos alunos que obedeciam ao plano de recuperação de Matemática, 80% passava na primeira recuperação, 90% passavam na segunda tentativa e, os que chegassem à terceira era a 100%. (Entrevistado 2).*

O mesmo entrevistado revelou que já tinha apresentado algumas propostas nas reuniões de Conselho Pedagógico relativamente ao assunto, referindo que a questão dos módulos em atraso dependia da perspetiva de análise, pois, frequentemente os módulos em atraso eram acumulados por alunos em situação de abandono, ou seja, apesar de se encontrarem inscritos não frequentavam as aulas, o que deturpava a perceção da situação real. Acrescentou que a forma como estava concebido o sistema de avaliação assim como a existência de um sistema de apoio, nomeadamente na disciplina de Matemática, permitia que todos os alunos, até aqueles que apresentavam mais dificuldades, realizassem com êxito todos os módulos. Concluiu a sua intervenção com esta observação: *Não há nenhum que não faça.*

Relacionada com a avaliação emergiu a questão das estratégias de remediação que se concretizavam através das aulas de apoio que, por sua vez, também eram objeto de reflexão nas reuniões de Departamento ou do Conselho Pedagógico, especialmente as questões relacionadas com a assiduidade dos alunos a essas aulas.

É uma luta que nos colocamos sempre (...) o que fazer com os alunos que não vão às aulas de apoio?. Com efeito, muitos alunos furtam-se às aulas de apoio, pois consideram que o tempo que é dado às aulas de apoio, às quartas-feiras de tarde, é uma tarde livre. (...). Tem sido um bocado a nossa luta fazer ver aos alunos que a quarta-feira de tarde, em que há aulas de apoio, não é tarde livre, não há aulas para poderem ter as aulas de apoio (Entrevistado 3).

O mesmo entrevistado sugeriu alternativas, por exemplo, que as aulas de apoio estivessem *incorporadas dentro do horário (...). A minha sugestão era que no meio da manhã pudesse haver uma aula de apoio e a meio da tarde pudesse haver uma aula de apoio e logo a seguir tivessem aulas.* Também era possível entenderem as aulas de apoio

como uma aula normal, mas, no registo que nós temos do ensino profissional, se calhar aulas de apoio para toda a turma é muito.

Relativamente ao insucesso do Departamento de Línguas, o nosso entrevistado, fez o ponto de situação em cada uma das disciplinas que integram o Departamento, referindo as estratégias de remediação adotadas e os respetivos resultados.

Em português e não só, mas mais no português, acontece o seguinte: as colegas têm a turma por inteiro e há sempre aquilo a que se chama ler e os alunos, hoje em dia, fazem uma pequena fuga às leituras, portanto, as colegas têm um duplo trabalho, que é desenvolver a parte da leitura e, depois, o gosto pela leitura, e um aluno que não lê é um aluno que pouco escreve, passa tudo por aí. O inglês e o francês têm a tarefa um bocadinho mais facilitada na questão da prática da oralidade, porque temos a turma dividida. Somos sempre três professoras de línguas a lecionar: no francês são duas e no inglês é uma, e a turma, por exemplo, são 22 alunos e está dividida de acordo com a Lei, que é necessário. Assim, a frequência dos alunos está dividido por vários professores. Ora eu trabalho muito bem com sete ou oito ou onze alunos, e as colegas com vinte e dois em português? A questão passa por aí, eu tenho um aluno com insucesso, eu agarro num instante e dou conta daquele módulo, porque consigo trabalhar com ele, mesmo no contexto da sala de aula. Portanto, no final, acabamos por sentir isto também, já nas medidas que nós aplicamos relativamente a esse insucesso que se diagnostica. Temos aulas de apoio a português e as colegas, na sala de apoio, trabalham com alunos com dificuldade (Entrevistado 3).

f. O funcionamento da Biblioteca

O funcionamento da Biblioteca da Escola foi, aliás, um dos constrangimentos mais referidos nas respostas aos Inquéritos por questionário, especialmente, as questões do horário de funcionamento e, indiretamente, o seu aproveitamento pedagógico.

A biblioteca constitui um importante recurso de apoio aos alunos para as suas mais diversas e exigentes tarefas escolares, afirmando-se como um espaço de apoio e que vai resolvendo os problemas. *Ultimamente, tenho andado mais a trabalhar nas PAP'S. Como às vezes a sala de informática está ocupada, eu socorro-me da biblioteca. Ponho lá os alunos e o trabalho desenvolve-se.* (Entrevistado 1)

Um dos constrangimentos que se refere com mais frequência nas respostas aos inquéritos é que *a biblioteca não está sempre aberta. Eu também ouço no Pedagógico que há uma discussão sobre pedidos para mais horas de biblioteca aberta*, acrescenta um nosso entrevistado. Este problema pode estar relacionado com a gestão do Pessoal não Docente, alegando-se a necessidade, em determinados períodos do dia, da funcionária afeta à Biblioteca ter que apoiar outros serviços na Escola. Na opinião de um nosso entrevistado, *se não se consegue ter a biblioteca sempre aberta, também deixá-la aberta ao Deus dará não interessa, e eu sei que os miúdos também às vezes reclamam por causa de a biblioteca não estar aberta, mas quando ela está aberta eles não vão* (Entrevistado 1).

Recordamos que além de uma docente responsável, com *horas de redução que tem que ter para estar na biblioteca*, há outros docentes. *Há um grupo no qual a maior parte dos colegas são do Departamento de Línguas, e não só, Biologia também está presente, TIC e Matemática também estão presentes, são os grupos que dão apoio* (Entrevistado 3), com partes do seu horário atribuído a este serviço.

g. Estratégias de implementação e comunicação do Plano Anual de Atividades (PAA)

Atualmente, cabe ao Diretor rececionar as atividades que os professores lhe vão passando e ele vai pondo no *site* da escola. Antes de ser concretizada, cada atividade é divulgada quer através de *e-mail* quer através do já referido circuito interno. Aos funcionários da exploração agrícola, a comunicação é feita nas reuniões presenciais, referiu o Diretor.

A conceção do PAA é um processo coletivo, envolvendo todos os atores que, de acordo com as suas disponibilidades, capacidades e interesses dos projetos de turma ou da escola, dão o seu contributo.

A sua construção inicia-se na primeira reunião, em setembro e depois, *não sei se correta ou incorretamente, ainda me falta amadurecer um bocadinho esse assunto, nós dividimos em subgrupos (os de inglês, francês e os de português) e propomos atividades dentro dos interesses de cada um. Depois, juntamo-nos e tentamos ver de que forma as atividades que nos parecem de interesse do departamento se podem interligar com as*

técnicas, de forma a fazermos uma visita de estudo com as áreas técnicas, indo, por exemplo, à Qualifica (...).

Esta estratégia ganhou maior acuidade a partir a última Avaliação Externa da Escola, de acordo com o testemunho do nosso interlocutor: *Eu fiz parte dos painéis na última inspeção. Foi um dos pontos que eles nos frisaram: Onde é que está a relação das atividades?* (entrevistado 3).

Há, como já referimos, situações de colisão entre o que é a coordenação dos cursos e o departamento, ou seja, não é clara a distinção de competências *e é aí que acontece a maior parte das discussões mais animadas. A discussão deveria ser feita a nível de cursos e não de departamento.* Há aqui uma área de confusão e indefinição, daí o facto de *termos sugerido ao respetivo Coordenador de Departamento que propusesse uma orgânica diferente, em que fossem claras as competências atribuídas a cada órgão e se evitassem situações do tipo: na maior parte das discussões de departamento, eu preparo-as todas (...) e é tudo discussões animadas paralelas, não têm nada a ver com o Departamento (...). No passado, juntavam-se as atividades no Departamento, agora fala-se com a Direção, mas é só informal, eles mandam por e-mail e não têm mais nada...* (Entrevistado 2).

Pode acontecer que uma atividade que está planeada não se possa realizar. Aconteceu, por exemplo, uma empresa não ter permitido uma visita de estudo que já estava planificada desde o princípio do ano pelo facto de andarem em obras. Por isso surgiu, em alternativa, uma viagem *a Valencia cujos objetivos substituíram os da visita cancelada, aliás, até substituíram objetivos referentes a duas atividades* (as duas viagens, antes, previstas), situação devidamente justificada e registada na reunião do Conselho Pedagógico. (Entrevistado 1)

Sempre que há uma visita de estudo, é feito o relatório que é enviado diretamente para o Diretor que, por sua vez, o reencaminha para o Coordenador do Plano de Atividades da Escola que faz, trimestralmente, um relatório referente ao grau de consecução do mesmo. A avaliação das atividades foi alvo de preocupação do GCA, que elaborou uma *checklist* (na sequência de um Plano de Melhoria), facilitadora da sua avaliação (ver, a este propósito, o Relatório do GCA - 2012/2013).

h. Outros assuntos tratados nas reuniões

As questões referentes à assiduidade, sucesso e comportamento dos alunos também foram abordadas, apontando-se soluções como: (...) *colocar no turno da manhã as disciplinas mais teóricas e, no da tarde, as mais práticas* (Entrevistado 1).

A propósito, ainda, do insucesso escolar emergiu a questão da flexibilização curricular, não nos parecendo existir um grande consenso ou perspetivas muito claras relativamente ao assunto apesar de esse tópico ter sido abordado numa *ação de formação, e lá aprendemos que se precisarmos de adaptar o currículo ao perfil de um aluno e do curso, pode se fazer perfeitamente*” (Entrevistado 2), pois, *por vezes, podem não ser os conteúdos programáticos que estejam adequados a este tipo de alunos. No entanto, ao eliminar um capítulo não sei se pode, por exemplo, vamos falar em matemática se eliminassem as derivadas, depois se alguns alunos se fossem candidatar ao ensino superior para fazer o exame nacional como faziam?* (Entrevistado 1).

Um constrangimento, muito abordado nas respostas aos Inquéritos por questionário, a nível do funcionamento da Escola, e que *podia melhorar um bocadinho é, talvez, a nível de fotocópias, |pois a Reprografia| só funciona da parte da tarde e, às vezes, precisamos. Porém, se a funcionaria andar por aí, vamos ter com ela, mas não é a mesma coisa que estar lá sempre. Uma fotocopidora fazia jeito na sala dos professores (...), às vezes precisamos de uma ficha de trabalho e temos de esperar* (Entrevistado 1).

Sobre a abertura de novos cursos na Escola, um dos nossos entrevistados é de opinião que cada Diretor de Curso devia *participar na proposta, aprovar a proposta, porque aqui há uns tempos havia um curso de mecatrónica, o meu departamento fez uma confusão desgraçada, os alunos eram CEF, os alunos gostavam de fazer coisas práticas e não tinham oficina, e o departamento discutiu isso, deviam ter uma oficina antes de abrir o curso* (Entrevistado 2).

Recordamos que os vários Departamentos são ouvidos sobre a decisão de abertura dos cursos da escola, tal como as comunidades intermunicipais também colaboram na definição da oferta formativa.

Por último, foi abordada a questão da Coordenação de Projetos, da responsabilidade de um docente da escola a quem se entrega toda a documentação, *“tudo em suporte informático (...), colocando lá (na pen) os relatórios que, entretanto, possam ter entregado, ou não, à Lourdes e não só o parecer dos alunos, aquilo que os alunos acharam das atividades* (Entrevistado 3).

No ano anterior, no âmbito dos Planos de Melhoria sugeridos pelo GCA, foram criadas fichas de avaliação destas atividades, cuja utilização se generalizou na EPF, após a sua ratificação pelo Conselho Pedagógico.

d. Os planos de melhoria

Como já se disse, os elementos de GCA analisaram o grau de implementação dos planos de melhoria apresentados no ano letivo anterior, a saber: a criação da Associação de Estudantes (anexo 9), uma ideia que de há muito vem sendo propalada em vários órgãos da Escola, assumida como uma estratégia de responsabilização dos discentes por eventuais eventos a organizar na escola e de colaboração na promoção do sucesso educativo, um dos objetivos mais centrais do Projeto Educativo da Escola. Inerente a este projeto salientou-se a conveniência da criação de uma sala-convívio, para os discentes se manterem felizes no recinto escolar, com múltiplos recursos de ocupação dos tempos livres e de diversão. O plano da Prevenção e Segurança Rodoviária (anexo 4), com incidência, sobretudo, na Estrada Nacional adjacente à Escola, foi sugerido pelo Coordenador e elaborado na sequência de um trágico acidente ocorrido há dois anos. Deste, consta a criação de telheiros/abrigos do outro lado da estrada nacional, com o objetivo de os alunos não se colocarem em plena via. Foi ainda sugerida a presença de alguém nas horas de maior movimentação (horas de entrada e saída da Escola), a fim de ajudar os alunos transeuntes a atravessarem a estrada com segurança.

Assim, no sentido de aferir o seu grau de implementação, no contexto das suas competências de monitorização dos planos de melhoria, o GCA pretende, neste ano letivo, apresentar e implementar mais dois planos de melhoria: o Plano de Melhoria da Comunicação (anexo 10) e o Plano de Melhoria da Página da Escola (anexo 5).

Em relação a outras dimensões, confrontados com a falta de dados e porque pretendiam também alguns esclarecimentos sobre a avaliação das atividades do Plano Anual de Atividades, a análise das taxas de assiduidade, sucesso escolar dos alunos, abandono e ocorrências disciplinares, os elementos do GCA optaram por solicitar uma reunião com o Diretor da Escola, que aconteceu no dia 18 de março.

Relativamente ao Plano de Melhoria referente à Prevenção e Segurança Rodoviária, o Diretor referiu que os ofícios já foram enviados às Estradas de Portugal e à

Câmara Municipal de Celorico, e que a Escola aguarda até à data uma resposta por parte destas entidades.

No que concerne à análise dos resultados escolares, o Diretor explicou que os mesmos foram objeto de análise e tratamento estatístico por parte da docente Isabel Araújo, estando, naquele momento, disponíveis.

No que concerne à criação da Associação de Estudantes, o coordenador do Grupo de Autoavaliação explicou que o processo se encontra devidamente encaminhado. Solicitou ao Diretor a marcação de uma Reunião Geral de Alunos no início do terceiro período para aprovar os Estatutos da Associação, que carecem de mais de cinquenta por cento de aprovação para que a Associação de Estudantes possa ser registada na Associação na Hora, sendo assim legalmente constituída. O Diretor explicou que, tendo que dar prioridade aos alunos dos décimos e décimos primeiro anos, a reunião geral teria que aguardar pelo fim dos estágios dos alunos do décimo primeiro ano.

Assim, no dia 11 de junho, pelas 16h10m, realizou-se uma Assembleia geral dos alunos da EPF, que contou com a presença de 96 discentes que, por unanimidade decidiram pela criação da Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil (AEEPF) e, com o mesmo sentido de voto, aprovaram o seu projeto de estatutos (anexo 11).

Quanto ao Plano de Melhoria do Circuito de Comunicação, foi comunicada ao Diretor a existência de algumas falhas que poderiam facilmente ser solucionadas com algumas das medidas que se seguem:

- reunião mensal dos três Departamentos após cada reunião do Conselho Pedagógico, como consta, aliás, do Regulamento Interno.;
- apresentação das informações emanadas das reuniões do Conselho Pedagógico através de súmulas enviadas aos professores pelos coordenadores de Departamento;
- afixação na sala dos professores de uma lista de atividades a decorrer em cada mês, de forma a mais facilmente se poderem conciliar as atividades das várias disciplinas;
- disponibilização do respetivo horário para substituição por parte dos docentes quando estejam a prever faltar.

No que diz respeito aos dossiês de Departamento, os elementos do grupo sugeriram ao Diretor que a *checklist* utilizada para fazer a sua avaliação fosse divulgada na próxima reunião de Conselho Pedagógico para poder ser discutida pelos vários elementos

e se chegar a uma lista de parâmetros definitiva, que permitisse conferir maior homogeneidade aos três dossiês.

Finalmente, o coordenador do GCA relembrou a necessidade de elaborar o Plano de Formação da Escola. Sugeriu uma ação de formação subordinada ao tema dos Primeiros Socorros para o Pessoal não Docente. A professora Sandra Pinto também sugeriu uma ação de Inglês para adultos, dirigida quer ao pessoal docente quer ao pessoal não docente. O Diretor aconselhou a encaminhar este assunto para a professora Ilídia, coordenadora do Departamento de Línguas.

O Diretor do estabelecimento solicitou também que se fizesse chegar ao seu conhecimento, através do *mail* f.fevereiro@gmail.com, eventuais ocorrências para poder atuar de forma imediata.

Relativamente à página /sítio da escola, O GCA procedeu à apreciação do trabalho até à data efetuado pelo responsável pela atualização da página da Internet deste estabelecimento, apresentando-lhe algumas informações acerca da dinâmica da Escola e sugestões no que diz respeito aos possíveis conteúdos da página. Este trabalho foi desenvolvido por um aluno estagiário, em formação em contexto de trabalho, do Curso de Informática e Gestão do Instituto de Estudos Superiores de Fafe, no âmbito do Protocolo existente entre a EPF e aquele Instituto.

Além de sugerirem algumas alterações quanto aos conteúdos a inserir na referida página, os membros deste grupo entenderam solicitar aos Coordenadores de Departamento e Coordenadores de Curso a análise da mesma página, de forma a darem o seu parecer relativamente à área que lhes diz respeito.

Na reunião de 22 de abril, os elementos do GCA procederam à análise do relatório referente ao aproveitamento dos alunos e concluíram que o *desempenho escolar dos alunos é bom, situando-se dentro das metas definidas no Projeto Educativo da Escola, exceto no que diz respeito à disciplina de Química*. Também consideraram a medida das *aulas de apoio direcionadas para a recuperação de módulos em atraso benéfica*. Contudo salientaram que esta medida foi inviabilizada no segundo período pela sobreposição de vários apoios a diferentes disciplinas nas mesmas horas, o que deverá ser evitado futuramente.

Por último, os elementos do grupo debateram da pertinência da existência de uma *revista/jornal escolar para a divulgação deste estabelecimento e apresentaram sugestões de títulos representativos da Escola para essa publicação*. Os elementos do

grupo ficaram de transmitir as mesmas à Coordenadora da biblioteca escolar, com vista à realização de uma votação para a eleição do título por parte da Comunidade Escolar.

4. Plano de Formação da Escola (PFE)

Apesar de ter sido já indicado no ano anterior, e referido no respetivo relatório, que a Escola necessitaria todos os anos de um plano de formação, este, segundo informação dos responsáveis, foi enriquecido de forma a corresponder, sobretudo às necessidades da organização. No ano anterior foi elaborado um plano simples para formação docente, tendo sido indicado pelo GCA que este deveria ser alargado ao pessoal não docente.

5. Avaliação das atividades da escola e da concretização do Projeto Educativo da Escola (PEE)

Para dar cumprimento ao estipulado no Artigo 9.º (Instrumentos de autonomia), do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, apresentaremos, de seguida, a avaliação da concretização dos objetivos fixados no Projeto Educativo, a avaliação das atividades realizadas pela EP e a avaliação da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo.

O Projeto Educativo de Escola (PEE) é, por definição, um documento orientador da prática educativa ao mesmo tempo que é expressão de identidade e de autonomia, construídas pela consciência progressiva de um processo que se pretende inovar no futuro.

O PEE é, sem dúvida, um vasto documento que regulamenta toda a atividade escolar: a escola, os órgãos, os protocolos e parcerias, o projeto curricular (disciplinar), o plano anual de atividades, os departamentos, os alunos, os serviços oferecidos, os núcleos de trabalho, os encarregados de educação e o próprio CGA (grupo de autoavaliação).

Como referido, é o documento estruturante da escola, razão pela qual o CGA o analisou de forma a autoavaliar alguns parâmetros que nele constam. O PEE engloba determinados objetivos e metas, os quais definem, em termos gerais, o que a Escola pretende cumprir, proporcionar e atingir. Assim sendo, nestes objetivos enquadram-se

parâmetros avaliativos relacionados com os aspetos seguintes: percentagens de sucesso educativo, principalmente em disciplinas base da educação; avaliação de resultados escolares com base nas avaliações finais do ano letivo; cumprimento, de forma empenhada e organizada, do PAA, com intuito de proporcionar aos alunos vivências e experiências significativas para a sua formação multilateral; e tudo o que se define como prestação do serviço educativo com qualidade e rigor.

a. Concretização dos objetivos e metas do Projeto Educativo da escola

O GCA, em sede própria, vincou a necessidade de atualização do Projeto Educativo da Escola (retificação das metas apontadas), assim como se abordou a necessidade de criação de um núcleo de professores que se dedicasse àqueles alunos que revelassem maior desinteresse escolar, com o intento de diminuir as taxas de abandono e de não conclusão dos cursos na EPF.

Deixada esta mensagem, registre-se que trabalhamos com as anteriores duas principais metas traçadas pela escola no que concerne a resultados globais:

- manter as taxas de conclusão dos cursos a cima dos 70%;
- a redução do abandono escolar para uma percentagem de 4%.

Conforme reportado em Conselho Pedagógico, o qual também foi informado destes objetivos e metas escolares, em ambos os casos, os objetivos estão a ser cumpridos, já que relativamente ao primeiro, as taxas de conclusão ou taxa de sucesso de acordo com o **MISI** no ano letivo 2013/2014 para a escola é de 87,4 sendo a média nacional de 81,3.

A taxa de abandono escolar continua inferior aos 4%.

No que concerne a outras metas definidas:

- garantir uma taxa de sucesso educativo de 80% na componente técnica dos vários cursos;
- melhorar em 20% a taxa de sucesso na conclusão de módulos nas épocas de recuperação.

Em ambos os casos se verifica que a escola está a cumprir os objetivos delineados, obtendo resultados em consonância com as metas mencionadas anteriormente.

Assim, verifica-se uma taxa de sucesso média de 79,99, o que é de considerar 80% o resultado obtido.

Relativamente à taxa de sucesso na conclusão de módulos em épocas de recuperação a situação foi ultrapassada pela implementação de uma nova modalidade de recuperação de módulos que consiste no seguinte: todas as últimas quartas-feiras de cada mês são realizadas recuperações de módulos. Foi a forma encontrada para se conseguir obter a taxa de sucesso mencionada. A percentagem média de módulos em falta ou em atraso, por turma ronda os 1,47%. Desta forma, a taxa média de sucesso ou de conclusão ronda os 96%, mais 11 pontos percentuais do que a calculada pela tutela.

A escola definiu ainda outras metas de carácter de apoio às aprendizagens dos alunos:

- integrar os alunos com necessidades educativas especiais na comunidade;
- disponibilizar aulas de apoio;
- potenciar as TIC;
- diversificar as metodologias no processo de ensino/aprendizagem;
- responsabilizar os alunos no seu processo de aprendizagem;
- conceber e utilizar instrumentos e processos de avaliação diversificados;
- promover a gestão articulada entre departamentos e áreas técnicas.

Por fim, quanto aos objetivos relacionados com a comunidade escolar e com parcerias, a escola demonstrou concretização da maioria das propostas que tinham sido definidas. Com efeito, a escola continuou a proporcionar estágios pedagógicos, a nível nacional e no estrangeiro, e ainda concretizou novos acordos e parcerias nacionais e internacionais.

Houve preocupação de promover a cooperação e inter-relacionamento entre a escola e a comunidade local e foi incentivada uma maior participação dos alunos e dos encarregados de educação na vida escolar. Esperamos a continuação de atitudes proativas nesse sentido e que, concretamente, muito em breve, sejam criadas a Associação de Pais e Encarregados de Educação e a Associação de Estudantes. Quanto a este último ponto, já existe uma linha de ação bem definida, assumida pelo GCA, para apoiar e acompanhar o trabalho de um grupo de alunos, que entretanto se associaram para concretizar esse objetivo.

b. Avaliação da concretização do Plano Anual de Atividades (PAA)

O Plano Anual de Atividades (PAA) é o instrumento que congrega todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo, sendo elaborado em estreita articulação com o PEE, no qual também se engloba o Projeto Curricular de Escola (PCA).

Tal como aconteceu em anos anteriores, o Plano Anual de Atividades deste ano letivo revelou-se ambicioso, quer pela quantidade de atividades propostas quer pela sua qualidade. Contudo, as atividades foram realizadas consoante o plano inicialmente delineado, tendo os seus objetivos sido plenamente atingidos.

O CGA, na sua tarefa de monitorizar a concretização das atividades da escola, em estreita colaboração com o coordenador de projetos da escola, procedeu à respetiva avaliação, tendo sido criado, no ano anterior, e aprovado pelo Conselho Pedagógico um documento para cada uma das atividades, na altura disponível para apreciação na página da Escola. O contributo destas atividades para a formação cognitiva e pessoal dos alunos é inegável, pelo que este tipo de trabalho deve continuar a existir. É de todo imprescindível que este documento seja utilizado por todos os docentes promotores de atividades

Voltamos a alertar para que, no próximo ano, esta avaliação seja feita com mais regularidade e sistematicidade para se obterem dados avaliativos mais concretos.

c. Análise dos resultados escolares e prestação dos serviços educativos

Os resultados escolares dos alunos são um dos parâmetros avaliativos da prestação do serviço educativo. A qualidade de ensino e a oferta de metodologias e estratégias que podem influenciar positivamente a obtenção de êxito educativo são, sem dúvida, avaliados através dos resultados escolares obtidos no final de cada ano letivo. Existe uma componente motivacional por parte dos alunos que frequentam a escola, mas se esta proporcionar sempre uma qualidade de ensino acima da média, pautada pela exigência e que faculte aos discentes aulas “bem” lecionadas, recursos e materiais disponíveis sempre que necessário, uma boa articulação entre a escola e a comunidade escolar, um bom clima educativo, uma boa prestação de serviços variados e organizados, um PAA diversificado, organizado e motivador, boas estratégias e metodologias educativas (por exemplo, aulas de apoio), complementos educativos (clubes, desporto

escolar, etc.), de certeza que a escola irá atingir o seu propósito principal, o de formar alunos com competências multilaterais, preparados para o ingresso no mundo do trabalho e com um elevado sentido de responsabilidade e de ética social.

c.1. Turmas, alunos e módulos concluídos

Nos vários conselhos pedagógicos realizados ao longo do ano letivo, continuou a ser abordada a temática dos resultados escolares, de forma a avaliar o serviço educativo prestado e possibilitar alterações, no sentido de melhorar algo que pudesse estar menos bem.

No ano letivo de 2014/2015, existiam, na Escola Profissional de Fermil, 10 turmas distribuídas pelos três anos de escolaridade da forma seguinte: 3 turmas do 10.º ano (10.º TAS, 10.º TC e 10.º TPA), 4 turmas do 11.º ano (11.º TIE, 11.º TPCQA, 11.º TPA e 11.º TRE) e 3 turmas do 12.º ano (12.º TAP, 12.º TGEQ e 12.º TIE).

Siglas a saber:

TAP – Técnico Auxiliar Protésico;

TAS – Técnico Auxiliar de Saúde;

TC – Técnico de Comércio;

TGEQ – Técnico de Gestão Equina;

TIE – Técnico de Instalações Elétricas;

TPA – Técnico de Produção Agrária;

TPCQA – Técnico de Processamento Controle da Qualidade Alimentar

TRE – Técnico de Restauração – Variante de Cozinha e Pastelaria.

A análise dos resultados escolares incidiu nos resultados académicos dos alunos nos diversos módulos concluídos no final do ano letivo e na determinação da taxa de sucesso global por turma, bem como da taxa de sucesso por disciplina e na apreciação que a escola faz da eficácia das medidas tomadas para melhorar o sucesso escolar. No entanto, importa referir que este trabalho se sustenta, essencialmente, no relatório, realizado, em cada um dos três períodos escolares, pela Professora Isabel Araújo.

Relativamente ao ano letivo, fez-se o levantamento do número de alunos inscritos na turma no final do terceiro período, o número de módulos concluídos às diferentes disciplinas (ver Quadro 1) e identificaram-se os alunos com módulos em atraso (ver Quadro 2).

Quadro 1 - Módulos concluídos

Ano	Turma	Alunos	Módulos Concluídos	
			Nº	% Sucesso
10.º ano	10.º TAS	22	34	95,9
	10.º TC	24	38	90,0
	10.º TPA	23	46	96,2
11.º ano	11.º TIE	17	75	89,0
	11.º TPCQA	21	77	97,3
	11.º TPA	19	80	90,9
	11.º TRE	24	75	95,3
12.º ano	12.º TAP	21	87	98,1
	12.º TGEQ	11	91	97,9
	12.º TIE	20	104	96,2

A análise do Quadro nº 1 sugere-nos, de imediato, que:

- O número de módulos concluídos situa-se entre 34 e 46 no 10.º ano, entre 75 e 80 no 11.º ano e entre 87 e 104 no 12.º ano;
- A percentagem mínima de sucesso dos alunos que concluíram dos módulos curriculares é de 89,0 % (11.º TIE) e a máxima é de 98,1% (12.º TAP).

Procedendo a uma explicitação mais pormenorizada dos resultados de cada uma das turmas, assinalam-se a seguir os alunos com módulos em atrasos várias turmas.

Contata-se que na turma do **10.º ano TAS** (constituída 22 alunos), concluíram-se 34 módulos. Há oito alunos com módulos em atraso: 6 alunos têm 1 módulo em atraso(2,9%); 1 aluno com 6 módulos em atraso (17,6%); 1 outro com 19 módulos em atraso (55,9%). A taxa de sucesso é de 95,9%.

Na turma do **10.º ano TC** (constituída 24 alunos), foram concluídos 38 módulos. Dos 5 alunos com módulos em atraso, 1 tem 13 módulos em atraso (34,2%); 1 tem 5 módulos em atraso (39,5%); 1 tem 19 módulos em atraso (50,0%); dois têm 22 módulos em atraso (57,9%). A taxa de sucesso é de 90,0%.

Na turma do **10.º ano TPA** (constituída por 23 alunos), foram concluídos 46 módulos. Há 16 alunos com módulos em atraso: 8 têm 1 módulo em atraso (2,2%); 2 têm 2 módulos em atraso (4,3%); 2 têm 3 módulos em atraso (6,5%); 1 tem 4 módulos em

atraso (8,7%); dois têm 5 módulos em atraso (10,9%); finalmente, 1 tem 8 módulos em atraso (17,4%). A taxa de sucesso é de 96,2%.

Na turma do **11.º ano TIE** (constituída por 17 alunos), foram concluídos 75 módulos. Dos 8 alunos com módulos em atraso, 3 têm 1 módulo em atraso (1,3%); 1 tem 2 módulos em atraso (2,7%); 1 tem 3 módulos em atraso (4,0%); 2 têm 38 módulos em atraso (50,7%); 1 tem 56 módulos em atraso (74,7%). A taxa de sucesso é de 89,0%.

Na turma **11.º TPCQA** (constituída por 21 alunos), foram concluídos 77 módulos. Dos 10 alunos com módulos em atraso, 5 têm 1 módulo em atraso (1,3%); 1 tem 2 módulos em atraso (2,6%); 1 tem 3 módulos em atraso (3,9%); 1 tem 4 módulos em atraso (5,2%); 1 tem 8 módulos em atraso (10,4%); e, finalmente, 1 tem 21 módulos em atraso (27,3%). A taxa de sucesso é de 97,3%.

Na turma do **11.º ano TPA** (constituída por 19 alunos), foram concluídos 80 módulos. Há 13 alunos com módulos em atraso. Destes, 2 têm 1 módulo em atraso (1,3%); 2 têm 2 módulos em atraso (2,5%); 1 tem 3 módulos em atraso (3,8%); 1 tem 4 módulos em atraso (5,0%); 1 tem 5 módulos em atraso (6,3%); 1 tem 11 módulos em atraso (13,8%); 1 tem 12 módulos em atraso (15,0%); 1 tem 19 módulos em atraso (23,8%); 1 tem 22 módulos em atraso (27,5%); 1 tem 27 módulos em atraso (33,8%); e 1 tem 30 módulos em atraso (37,5%). A taxa de sucesso é de 90,9%.

Na turma do **11.º ano TRE** (constituída por 24 alunos), foram concluídos 75 módulos. Dos 13 alunos com módulos em atraso, 6 têm 1 módulo em atraso (1,3%); 4 têm 2 módulos em atraso (2,7%); 2 têm 4 módulos em atraso (5,3%); 1 tem 7 módulos em atraso (9,3%); e 1 tem 57 módulos em atraso (76,0%). A taxa de sucesso é de 95,3%.

Na turma do **12.º TAP** (constituída por 21 alunos), foram concluídos 87 módulos. Há 6 alunos com módulos em atraso. Destes, 1 tem 1 módulo em atraso (1,1%); 2 têm 3 módulos em atraso (3,4%); 2 têm 8 módulos em atraso (9,2%); e 1 tem 12 módulos em atraso (13,8%). A taxa de sucesso é de 98,1%.

Na turma do **12.º TGEQ** (constituída por 11 alunos), foram concluídos 91 módulos. Dos 4 alunos com módulos em atraso, 1 tem 1 módulo em atraso (1,1%); 1 tem 2 módulos em atraso (2,2%); 1 tem 7 módulos em atraso (7,7%); e, finalmente, 1 tem 11 módulos em atraso (12,1%). A taxa de sucesso é de 97,9%.

Finalmente, na **turma do 12.º ano TIE** (constituída por 20 alunos), foram concluídos 104 módulos. Dos 13 alunos com módulos em atraso, 4 têm 1 módulo em atraso (1%); um tem 2 módulos em atraso (1,9%); 1 tem 3 módulos em atraso (2,9%); 1

tem 4 módulos em atraso (3,8%); 1 tem 9 módulos em atraso (8,7%); 1 tem 10 módulos em atraso (9,6%); 1 tem 18 módulos em atraso (17,3%); e 1 tem 24 módulos em atraso (23,1%). Verifica-se uma taxa de 96,2% de sucesso.

Quadro 2 – Alunos com módulos em atraso

Ano	Turma	Alunos	Módulos concluídos	Nº de alunos com módulos em atraso								Total	
				1	2	3	4	5	6	7	≥ 8		
10.º ano	10.º TAS	22	34	6						1		1	8
	10.º TC	24	38									5	5
	10.º TPA	23	46	8	2	2	1	2				1	16
11.º ano	11.º TIE	17	75	3	1	1						3	8
	11.º TPCQA	21	77	5	1	1	1					2	10
	11.º TPA	19	80	2	2	1	1	1				6	13
	11.º TRE	24	75	6	3		2				1	1	13
12.º ano	12.º TAP	21	87	1		2						3	6
	12.º TGEQ	11	91	1	1						1	1	4
	12.º TIE	20	104	4	3	1	1					4	13

Sintetizando, a análise do Quadro 2 permite-nos realçar as seguintes conclusões:

- no 10.º ano, cerca de dois quintos dos alunos tem módulos em atraso: destes, mais de metade têm entre um a três módulos por concluir; 4 alunos têm entre quatro a sete módulos por concluir; e 7 alunos têm oito ou mais módulos por concluir;
- no 10.º TC, todos os alunos que têm módulos em atraso, apresentam-no em número elevado (mais de um terço dos módulos por concluir);
- no 10.º TPA, mais de metade dos alunos da turma têm módulos em atraso;
- no 11.º ano, mais de metade dos alunos apresentam módulos em atraso: destes, cerca de três quintos têm entre um a três módulos por concluir; 6 alunos têm entre quatro a sete módulos por concluir; e 12 alunos têm oito ou mais módulos por concluir;
- no 11.º ano, a turma 11.º TPCQA apresenta melhor aproveitamento relativo, enquanto as restantes turmas apresentam alguns alunos com percentagem elevada de módulos em atraso: no 11.º TPA, há 3 alunos com mais de 25% dos módulos em atraso; no 11.º TIE, há 3 alunos com mais de 50% dos módulos em atraso; no 11.º TRE, há 1 aluno com mais de 75% dos módulos em atraso;

- f) no 12.º ano, todas as turmas apresentam alunos com módulos em atraso: dos 87 a 104 módulos concluídos, 14 alunos não concluíram de um a três módulos; 2 alunos não concluíram de quatro a sete módulos; e 8 alunos não concluíram oito ou mais módulos, destacando-se entre estes um aluno do 12.º TIE que tem vinte e quatro módulos em atraso (correspondente a cerca de 23,1% dos módulos concluídos pela turma);
- g) no 12.º TIE mais de metade dos alunos da turma têm, pelo menos, um módulo em atraso.

Quadro 3 – Evolução da taxa de sucesso, ao longo do ano letivo

Ano	Turma	Nº de alunos			Nº de módulos			% de sucesso		
		1.º P	2.º P	3.º P	1.º P	2.º P	3.º P	1.º P	2.º P	3.º P.
10.º ano	10.º TAS	21	22	22	3	12	34	100,0	95,8	95,9
	10.º TC	22	25	24	5	16	38	90,4	93,0	90,0
	10.º TPA	22	23	23	3	12	46	92,4	94,6	96,2
11.º ano	11.º TIE	19	17	17	48	57	75	86,8	90,1	89,0
	11.º TPCQA	21	21	21	48	53	77	98,6	97,9	97,3
	11.º TPA	21	19	19	49	55	80	91,2	93,3	90,9
	11.º TRE	24	24	24	48	54	75	95,4	95,5	95,3
12.º ano	12.º TAP	22	21	21	69	74	87	95,9	98,4	98,1
	12.º TGEQ	11	11	11	68	71	91	92,0	90,7	97,9
	12.º TIE	20	20	20	79	83	104	96,1	96,1	96,2

A análise do Quadro 3 permite salientar que:

- a) no 10.º ano, na turma 10.º TC verificou-se um decréscimo na percentagem de sucesso do 2.º para o 3.º período e na turma 10.º TPA, a percentagem de sucesso evoluiu ao longo do ano letivo;
- b) no 11.º ano, na turma 11.º TRE verificou-se uma certa estabilidade na percentagem de sucesso ao longo do ano letivo e na turma 11.º TIE, a percentagem de sucesso foi superior no 3.º período, relativamente ao 1.º período;
- c) no 12.º ano, em todas as turmas se verificou um aumento da percentagem de sucesso no 3.º período, relativamente ao 1.º período, tendo sido a turma 12.º TGEQ a que verificou o maior aumento.

c.2. O sucesso dos alunos nas diferentes disciplinas

A análise do Quadro nº 4 - taxa de sucesso por disciplina - permite-nos constatar que na **Componente sociocultural**, a disciplina de Português, tem uma taxa de 94,3% de sucesso; a disciplina de Língua Estrangeira alcança uma taxa de 97,6% de sucesso; a disciplina de Área de Integração atinge uma taxa de 95,9% de sucesso; na disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação, verifica-se uma taxa de 98,7% de sucesso; e na disciplina de Educação Física, a taxa de sucesso é de 97,7%.

Na **componente científica**, a disciplina de Matemática, tem uma taxa de 91,1% de sucesso; a disciplina de Química atinge uma taxa de 79,7% de sucesso; na disciplina de Física e Química, verifica-se uma taxa de 88,4% de sucesso; na disciplina de Biologia, verifica-se uma taxa de 97,5% de sucesso; na disciplina de Economia, verifica-se uma taxa de 88,7% de sucesso; e, por último, na disciplina de Psicologia, verifica-se uma taxa de 95,8% de sucesso.

Nas disciplinas da **componente técnica**, verifica-se uma taxa de 95,4% de sucesso.

Quadro 4 – Taxa de sucesso por disciplina

Componente	Disciplina	Taxa de sucesso
Sociocultural	Português	94,3%
	Língua Estrangeira	97,6%
	Área de Integração	95,9%
	Tecnologias da Informação e Comunicação	98,7%
	Educação Física	97,7%
Científica	Matemática	91,1%
	Química	79,7%
	Física e Química	88,4%
	Biologia	97,5%
	Economia	88,7%
	Psicologia	95,8%
Técnica		95,4%

Assim, suportados, mais uma vez, na análise do Quadro 4, podemos concluir que:

- a) das componentes sócio-cultural e científica, oito disciplinas têm aproveitamento superior a 90%, uma disciplina tem 88,7% de

aproveitamento, uma disciplina tem 88,4% de aproveitamento e uma disciplina tem aproveitamento de 79,7%;

- b) a componente técnica apresenta um aproveitamento de 95,4%;
- c) as três disciplinas com aproveitamento inferior a 90% integram a componente científica, sendo a disciplina de Química aquela em que a taxa de aproveitamento é mais baixa.

Quadro 5 – Evolução da taxa de sucesso por disciplina ou componente

Componente	Disciplina	Taxa de sucesso		
		1.º P	2.º P	3.º P
Sociocultural	Português	92,7%	94,9%	94,3%
	Língua Estrangeira	97,1%	97,9%	97,6%
	Área de Integração	96,9%	97,0%	95,9%
	Tecnologias da	98,2%	98,2%	98,7%
	Educação Física	98,0%	99,0%	97,7%
Científica	Matemática	87,4%	88,1%	91,1%
	Química	54,7%	65,3%	79,7%
	Física e Química	89,1%	91,3%	88,4%
	Biologia	95,2%	98,2%	97,5%
	Economia	87,4%	90,6%	88,7%
	Psicologia	93,7%	95,8%	95,8%
Técnica		95,7%	96,3%	95,4%

A análise do Quadro 5 permite-nos tirar algumas conclusões, a saber:

- a) as disciplinas de Matemática e Química registaram um aumento da percentagem de sucesso ao longo de todo o ano letivo;
- b) nas disciplinas de Português, Língua Estrangeira, Tecnologias da Informação e Comunicação, Matemática, Química, Biologia, Economia e Psicologia, a percentagem de sucesso no 3.º período foi superior à verificada no 1.º período;
- c) na maioria das disciplinas verifica-se um decréscimo na percentagem de sucesso do 2.º para o 3.º período, o que se deverá, em grande parte, ao facto de que uma vez concluídos os últimos módulos de cada disciplina, já não existe nenhuma época de recuperação.

c.3. Eficácia das medidas de apoio

No que concerne às medidas aplicadas para a melhoria dos resultados escolares, procurou-se, ao longo do 1.º período escolar, atribuir horas de apoio para todas as turmas, às disciplinas com menor taxa de sucesso.

Assim, apenas a turma 10.º TPA não tinha qualquer hora de apoio atribuída, por não terem, no seu horário, horas disponíveis para tal. As restantes turmas do 10.º ano tinham uma hora de apoio à disciplina de Matemática.

No que diz respeito às turmas do 11.º ano, todas as turmas tinham uma hora de apoio às disciplinas de Português, Matemática e Química ou Física e Química. Foi atribuída, ainda, uma hora de apoio às disciplinas de Biologia e Francês à turma 11.º TPA.

Já as turmas do 12.º ano, tinham atribuída uma hora de apoio às disciplinas de Português, de Matemática e de Química ou Física e Química. As turmas do 12.º TGEQ e 12.º TIE, tinham, ainda, hora de apoio à aula, na disciplina de Matemática, para um apoio mais individualizado de alunos com mais dificuldades.

Dado que estas medidas de apoio surtiram efeito ao longo do primeiro período, com uma diminuição do número de módulos em atraso relativamente ao ano letivo anterior, sugeriu-se que no 2º período, se mantivessem, se possível, essas horas de apoio, contudo, esta medida foi parcialmente inviabilizada pela sobreposição de vários apoios a diferentes disciplinas nas mesmas horas, o que deverá ser evitado futuramente.

Assim, apenas a turma 10.º TPA continuou sem aulas de apoio, por não terem, no seu horário, horas disponíveis para tal. As restantes turmas do 10.º ano tinham uma hora de apoio à disciplina de Matemática, sendo na turma 10.º TC uma hora de apoio à aula, dada por outro professor.

No que diz respeito às turmas do 11.º ano: a turma 11.º TIE tinha atribuída uma hora de apoio a Matemática (apoio à aula) e uma hora de apoio a Português e a Física e Química; a turma 11.º TPCQA tinha uma hora de apoio às disciplinas de Matemática (apoio à aula), Biologia e Química; a turma 11.º TPA tinha uma hora de apoio às disciplinas de Português, Francês, Biologia e Química e uma hora de apoio à aula de Português, para apoio individualizado dos alunos com necessidades educativas; e a turma 11.º TRE tinha uma hora de apoio às disciplinas de Português e Matemática.

Já as turmas do 12.º ano tinham atribuídas uma hora de apoio à disciplina de Português. A turma do 12.º TAP tinha, ainda, uma hora de apoio a Matemática e uma

hora de apoio à aula de Português. A turma do 12.º TGEQ tinha duas horas de apoio à aula de Matemática, uma hora de apoio a Química e duas horas de apoio à PAP. A turma do 12.º TIE, tinha duas horas de apoio à aula de Português, uma hora de apoio à aula de Matemática e uma hora de apoio a Física e Química.

Tal como no final do 1º período, dado que estas medidas de apoio continuaram a surtir efeito ao longo do segundo período, voltou a sugerir-se que no 3º período se deveriam manter, sempre que possível, essas horas de apoio, o que veio a acontecer.

No que concerne às medidas aplicadas para a melhoria dos resultados escolares, para o próximo ano letivo, sugere-se a sua continuidade uma vez que essas medidas de apoio contribuíram para a conclusão de módulos em atraso das diferentes disciplinas (principalmente nas disciplinas de Matemática e de Química). Será benéfica a manutenção das mesmas no próximo ano letivo, procurando que todas as turmas tenham, pelo menos, uma hora de apoio a cada uma das disciplinas onde se verifica um número de módulos em atraso mais significativo.

Assim, **em jeito de balanço geral**, constata-se o seguinte:

- a) A disciplina que apresenta mais insucesso é Química e Físico-Química. Nas restantes disciplinas tem vindo a verificar-se uma melhoria acentuada,
- b) De acordo com dados fornecidos pela Direção, os cursos com mais insucesso são os Técnico de Gestão Equina e Técnico de Produção Agrária. Registe-se, no entanto, o efeito positivo da recuperação de módulos na sequência da decisão tomada em Conselho Pedagógico de, mensalmente, se proceder à recuperação de módulos. Genericamente, a percentagem média de negativas, logo “módulos por fazer”, diminuiu, progressiva e acentuadamente, ao longo do ano letivo.
- c) No cômputo geral, constata-se que um ou outro curso demonstra dificuldades acrescidas pelos conteúdos que integra, no entanto os resultados revelam que, realmente, no início existem mais dificuldades, que vão sendo ultrapassadas ao longo dos três anos.

Conclusões

Depois da exposição e análise dos vários documentos avançamos algumas considerações, que, obviamente, tiveram em conta as respostas aos instrumentos de investigação mobilizados.

Embora de início se observasse alguma desconfiança em relação aos resultados e ao futuro deste processo avaliativo, com o decorrer do tempo temos constatado que, genericamente, a comunidade escolar já encara os desafios da autoavaliação de forma assertiva, empenhando-se neste trabalho colaborativo. Ganhou consciência da importância do processo, mostrando-se disponível para colaborar sempre que solicitada, acreditando nos seus efeitos benéficos, na performance e desempenho docente (o seu incluído), e assumindo a participação no processo como um dever cívico inerente à sua atividade profissional. Em suma, já acredita que o desenvolvimento de práticas de autoavaliação permitirá à escola um progresso sustentado e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Continuamos a sentir e a desenvolver estratégias no sentido de alargar a equipa de autoavaliação aos pais e encarregados de educação, situação que seria facilitada com a criação da respetiva Associação de Pais e Encarregados de Educação da EPF.

A exemplo do que dissemos em relatórios anteriores, a EPF deve dispor de mecanismos de monitorização sistemática dos processos de conceção e de desenvolvimento de projetos que sejam mobilizadores de informação factual que permita introduzir as correções no percurso e dar a noção da evolução operada. Esta monitorização deverá ser operacionalizada pela Equipa de Autoavaliação. Para o efeito, é necessário que atempada e sistematicamente, se disponibilizem os dados e/ou documentos solicitados pelo GCA. Por exemplo, sugerimos que, 30 dias após a publicação da avaliação das aprendizagens dos alunos, fosse disponibilizado ao GCA o relatório da mesma para que, com mais tempo e disponibilidade, possamos refletir em conjunto e sugerir estratégias comuns. De facto, nem sempre isso tem acontecido. Os dados trabalhados relativos à avaliação dos 2º e 3º períodos só em setembro nos foram disponibilizados.

Relembramos, também, a necessidade de termos acesso atempado à avaliação de projetos e atividades inseridas no PAA, assim como o Plano de Formação da Escola. Pensamos que com a criação da Secção de Formação e Monitorização da formação,

decorrente da publicação do Decreto – Lei nº127/2015 de 07 de julho, esta situação ficará resolvida.

Como últimos registos, regozijamo-nos *pelo facto de o desempenho escolar dos alunos se situar dentro das metas definidas no Projeto Educativo da Escola, exceto no que diz respeito à disciplina de Química*. Também defendemos a continuidade das aulas de apoio direcionadas para a recuperação de módulos, uma medida a institucionalizar na EPF, mesmo que para isso seja necessário alguns sacrifícios da organização.

Por último, voltamos a congratular-nos pela atribuição de crédito horário aos docentes que integraram o GCA, considerando tal atitude como um investimento promotor da qualidade dos serviços educativos da EPF, conducente ao sucesso educativo dos seus discentes. Afinal, não é este o grande desígnio da nossa atividade?

Referências bibliográficas:

ALAIZ, Vítor; GÓIS, Eunice; GONÇALVES, Conceição - Autoavaliação de escolas – Pensar e Praticar, Edições ASA, 1ª edição, Porto, 2003

ALVES, Maria (2004). *Currículo e Avaliação. Uma perspetiva integrada*. Porto: Porto Editora.

ALVES, Maria; CORREIA, Serafim (coord.). *Projeto de Avaliação em Rede – PAR*. Braga: Universidade do Minho. (disponível em <http://sites.google.com/site/projdeavaliacaoemrede/home> e consultado a 03/12/2011).

ALVES, Maria; CORREIA, Serafim (2006). Autoavaliação de escola: um meio de inovação e de aprendizagem. In Investigar em Educação. Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. N.º 5. pp. 149-182. [Efetivamente publicado em 2007]

Alves, M. P., & Machado, E. A. (2008). Avaliação com Sentido(s): Contributos e Questionamentos. Santo Tirso: De Facto Editores.

Coelho, M. N. (1997). Parcerias e Poderes na Organização Escolar. Dinâmicas e Lógicas do Conselho de Escola. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

GUERRA, Miguel (2001). *A escola que aprende*. Porto: Edições Asa.

INSPECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO - IGE (disponível em <http://www.ige.min-edu.pt/> e consultado a 03/12/2011).

Lima, L. C. (1992). A Escola Como Organização e a Participação na Organização Escolar. Braga: Instituto de Educação e Psicologia - Centro de Estudos em Educação e Psicologia - Universidade do Minho.

KETELE, JEAN-MARIE DE & ROEGIERS, XAVIER (1999). Metodologia da recolha de dados. Lisboa: Instituto Piaget.

PACHECO, José (1994). *A avaliação dos alunos na perspetiva da reforma*. Porto: Porto Editora.

SERVIÇO DE APOIO À MELHORIA DAS ESCOLAS - SAME. Porto: Universidade Católica Portuguesa. (disponível em <http://www.porto.ucp.pt/fep/same/> e consultado a 11/06/2011).

CLÍMACO, M. C. (2007). Na Esteira da Avaliação Externa das Escolas: Organizar e Saber Usar o Feedback. *Correio da Educação*, 1(315).

DGAEP (2007) Estrutura Comum de Avaliação (CAF 2006): Melhorar as organizações públicas através da autoavaliação, Março 2007, Lisboa

KETELE, JEAN-MARIE DE & ROEGIERS, XAVIER (1999). Metodologia da recolha de dados. Lisboa: Instituto Piaget.

THURLER, GATHER (2001). Inovar no interior da Escola. Porto Alegre: Artes Médicas.

FODDY, WILLIAM (1996 [1993]). Como Perguntar, teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras: Celta Editora.

FOX, D. J. (1987). El proceso de investigación en educación. Pamplona: Ediciones de la Universidad de Navarra.

GALL, M. D.; BORG, W. R. & GALL, J. P. (1996). Educational Research: an introduction. New York: Longman Publishers.

GHIGLIONE, RODOLPHE & MATALON, BENJAMIN (1995 [1985]). O inquérito teoria e prática. (2ª ed.). Oeiras: Celta Editora.

<http://www.cienciaviva.pt/rede/risco2004/entrevistas/>

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/MEM-TG1.htm>

http://www.netprof.pt/servlet/getDocumento?TemaID=NPL070103&id_versao=11895

Roullier, J. (2008). A Autoavaliação de um Projeto de Escola: Uma Profissionalização de um Ator Coletivo. In M. P. Alves, & E. A. Machado, Avaliação com Sentido(s): Contributos e Questionamentos (pp. 73-108). Santo Tirso: De Facto Editores.

Legislação

Constituição da República Portuguesa (1976)

- Lei nº 46/86 de 14 de Outubro (1986) Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei nº31/2002 de 20 de Dezembro, Diário da República — I Série - A, N.o 294 — 20 de Dezembro de 2002

Portaria nº 1260/2007 de 26 de Setembro, Diário da República — I Série, Nº 186 — 26 de Setembro de 2007

- Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

Decreto-Lei 115-A/98 de 4 de Maio de 1998, Diário da República — I Série, Nº 102 — 4 de Maio de 1998

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril de 2008, Diário da República — I Série, Nº 79 — 22 de Abril de 2008

ANEXOS

Anexo 1 - Guião das Sessões

GUIÃO DE SESSÕES DE TRABALHO

GRUPO COORDENADOR DA
AUTOAVALIAÇÃO ESCOLAR

2014 – 2015

João Carlos Sousa (Coordenador)

Célia Gonçalves

Sandra Pinto

P n D Ângela Lopes

Sessão de trabalho do GCA

Nº 77

Data: 23/10/2014, pelas 09h50

Ordem de trabalhos:

- a) **Reinício dos trabalhos do grupo de autoavaliação;**
- b) **Constituição do Grupo de Autoavaliação 2014/2015**
- c) **Balanço do trabalho realizado no ano escolar anterior;**
- d) **Definição de linhas estratégicas para a elaboração do plano de atividades**
 - a) Esta sessão, presidida pelo professor João Sousa, coordenador deste grupo, destinou-se a reiniciar os trabalhos do mesmo.
 - b) De seguida, o coordenador apresentou os elementos que irão constituir o grupo. O GCA integrará, este ano letivo, para além do coordenador, os professores Célia Gonçalves, Sandra Pinto, e Luís Matos, na qualidade de representantes do pessoal docente; a técnica administrativa Ângela Lopes, como representante do pessoal não docente. Os elementos que vão representar o pessoal discente ainda não foram escolhidos, mas deliberou-se que pelo menos um deles esteja ligado à Comissão Instaladora para a criação da Associação de Estudantes.
 - c) O coordenador informou os presentes dos objetivos do GCA e do seu âmbito de ação. De seguida, procedeu a um breve balanço sobre a atividade desenvolvida no ano anterior, nomeadamente a aplicação de inquéritos e entrevistas para identificar pontos fortes e fracos da Escola Profissional de Fermil, os planos de melhoria elaborados para colmatar as deficiências identificadas, os esforços do grupo para apoiar a criação da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e Encarregados de Educação e para fomentar a participação de todos os elementos da comunidade nas atividades desenvolvidas pelo grupo. Salientou o facto de não ter sido realizada a avaliação dos parâmetros relacionados com o sucesso/insucesso escolar, situação alheia à responsabilidade do grupo, uma vez que, apesar da insistência do coordenador, não lhe foram facultados os dados. Esta informação encontra-se coligida no Relatórios de Autoavaliação, que será em breve apresentado à comunidade educativa.
 - d) Por fim, o coordenador apresentou as linhas orientadoras para a elaboração do plano de atividades do grupo e forneceu alguma bibliografia de referência, assim como todos os documentos elaborados no ano anterior.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 78 –

Data: 27/10/2014, pelas 14h15

Ordem de trabalhos:

- a) Apresentação dos inquéritos realizados no ano letivo 2013/2014;**
- b) Plano de actividades;**
- c) Apresentação do relatório do GCA à comunidade escolar.**

- a) O coordenador deste grupo, professor João Sousa, apresentou os inquéritos elaborados e realizados a toda a comunidade escolar no ano transato, devendo o presente grupo analisar os mesmos e apresentar os resultados. A partir destes resultados serão elaborados planos de melhoria.
- b) De seguida, no que toca ao plano de actividades deste grupo entendeu-se que a análise dos planos de melhoria é fundamental, de forma a se fazer um ponto da situação e definir linhas orientadoras para colmatar pontos menos satisfatórios. Os docentes presentes indicaram que o site da escola não está a funcionar na sua plenitude nem está devidamente actualizado, o que é pena pois é um importante elemento de divulgação da escola e também uma fonte de informação para todos os elementos da escola. Também referiram que sentem falta de reuniões de curso, para que exista articulação entre todas as áreas dos cursos.
- c) Por fim, o coordenador sugeriu como datas de apresentação à comunidade do Relatório de Autoavaliação, o dia dezoito ou vinte e cinco de novembro, estando dependente do decorrer dos trabalhos.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 79 –

Data: 03/11/2014, pelas 14h15

Ordem de trabalhos:

- a) Harmonização do guião das sessões;**
 - b) Preparação da apresentação do trabalho desenvolvido pelo GCA no ano letivo 2013/2014;**
 - c) Elaboração do Plano de Atividades.**
- a) Os elementos do GCA determinaram que seguiriam o modelo já existente para a realização dos guiões das diferentes sessões.

- b) Após um momento de ponderação, os elementos dos GCA procederam à distribuição de tarefas para preparar a apresentação à comunidade educativa do trabalho realizado pelo grupo no ano letivo transato. O professor Luís Matos ficou responsável pela sintetização dos resultados dos questionários. A professora Célia Gonçalves procederá à análise do relatório de autoavaliação. A professora Sandra Pinto ficou encarregada da avaliação dos planos de melhoria referentes, entre outros aspetos, aos circuitos de comunicação interna, à educação/prevenção rodoviária, à criação da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e Encarregados de Educação.
- c) O Plano de Atividades do GCA será delineado em função das conclusões de cada um dos elementos referidos na alínea anterior. Contudo o GCA já identificou duas áreas de intervenção prioritárias: a monitorização dos resultados escolares e a revisão articulada dos principais documentos estruturantes da Escola (Projeto Educativo, Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades).

Sessão de trabalho do GCA

Nº 80

Data: 10/11/2014, pelas 14h15

Ordem de trabalhos:

- a) **Análise e síntese do relatório de autoavaliação referente ao ano letivo anterior.**
- a) Os elementos do GCA procederam à leitura e análise do relatório de autoavaliação, tendo, de seguida, elaborado uma síntese do documento anteriormente referido (ver Anexo 1).

Sessão de trabalho do GCA

Nº 81

Data: 19/11/2014, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) **Análise e síntese dos Planos de Melhoria do ano letivo anterior.**
- a) Os elementos do GCA leram e analisaram os Planos de Melhoria, tendo, acrescentado essa análise à síntese do relatório de auto-avaliação.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 82

Data: 24/11/2014, pelas 14h15

Ordem de trabalhos:

a) Elaboração do Plano Anual de Atividades.

- a) Os elementos do GCA procederam à elaboração do Plano Anual de actividades para o ano lectivo 2014-2015. Este Plano poderá ser reformulado de acordo com as necessidades e segue em anexo.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 83

Data: 26/11/2014, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Preparação da sessão de apresentação do Relatório de Autoavaliação à comunidade.

- a) Os elementos do GCA procederam à elaboração de uma apresentação em *powerpoint* do relatório de auto-avaliação para ser apresentada a toda a comunidade escolar no próximo dia vinte e sete do corrente pelas dezasseis horas.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 84

Data: 27/11/2014, pelas 16h10

Ordem de trabalhos:

a) Sessão de apresentação do Relatório de Autoavaliação à comunidade.

- a) Os elementos do GCA procederam à apresentação do relatório de auto-avaliação a toda a comunidade escolar, tendo apresentado ainda o Plano Anual de Atividades para o presente ano letivo.

Após a apresentação foi dada a palavra à assistência, tendo a assistente operacional, D. Rosa Carvalho, intervindo sobre questões relacionadas com a limpeza dos espaços. O sr. Diretor, Fernando Fevereiro, interveio em relação à

ausência de dados referentes aos resultados escolares dos alunos no ano transato. Reconheceu o facto, porém salientou que o desempenho escolar global melhorou, resultando num aumento de crédito horário para este ano letivo.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 85

Data: 07/01/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Preparação das atividades para o mês de janeiro.

a) O coordenador deste grupo, João Sousa, informou que se deu início ao processo para a constituição da Associação de Estudantes da escola Profissional de Fermil, tendo o próprio contactado o Conservador de forma a obter os esclarecimentos e a legislação necessários para a concretização deste processo.

Tendo analisado o Plano Anual de Atividades desta equipa, procedeu-se à definição dos Planos de Melhoria prioritários para este mês:

- Plano de Melhoria para a página da internet da escola;
- Plano de Melhoria para a Prevenção Rodoviária;

O grupo de autoavaliação vai também solicitar à Direção a divulgação dos resultados escolares do primeiro período, de forma a monitorizar os mesmos.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 86

Data: 14/01/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Elaboração do Plano de Melhoria referente à página da internet da Escola.

a) Procedeu-se a uma análise cuidada e atenta da página da internet da escola, com a abertura e verificação de cada um dos temas apresentados e respectivos links. Foram referenciados todos os pontos fracos detetados, tendo sido elaborada a primeira parte do respectivo plano de melhoria.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 87

Data: 21/01/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) Conclusão do Plano de Melhoria referente ao *site* da Escola;**
- b) Constituição da Associação de Estudantes.**
 - a) Com base nos dados recolhidos e na identificação dos pontos fracos, apresentaram-se propostas de melhoria. Este plano será encaminhado para a Direção de forma a ser apresentado em Conselho Pedagógico para discussão e ratificação.
 - b) O coordenador informou que o processo de constituição da Associação de Estudantes passa pelo *site Associação na hora*, sendo de fácil tramitação. Este processo implica a realização de uma Assembleia Geral de Alunos para discutir e ratificar os Estatutos da Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto. Foi dado conhecimento desse facto ao sr. Diretor para que providencie no sentido de facilitar a realização desta Assembleia, a convocar pela Comissão Instaladora actualmente existente.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 88

Data: 28/01/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) Angariação de material para a escola de Homoine, em Moçambique;**
- b) Plano de Melhoria do *site* da Escola;**
- c) Resultados escolares do 1.º período.**
 - a) O coordenador deste grupo de trabalho informou de que está a fazer uma recolha de materiais para a escola com quem a Escola de Fermil está geminada, nomeadamente retroprojetores e outros materiais. Além desta recolha de materiais, também se pretende desenvolver um plano de cooperação no que toca à formação de professores.
 - b) Foi enviado ao sr. Diretor, por correio electrónico, o Plano de Melhoria relativamente ao *site* da escola.
 - c) O coordenador do grupo vai voltar a solicitar à Direção a análise dos resultados escolares do primeiro período para se proceder a uma reflexão sobre os mesmos.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 89

Data: 04/02/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Reflexão sobre questões legais relacionadas com a falta de assiduidade dos alunos.

- a) Os elementos do GCA debruçaram-se sobre o enquadramento normativo respeitante à assiduidade dos alunos e refletiram sobre a adequação dos mecanismos de recuperação de horas implementados pela Escola.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 90

Data: 11/02/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Monitorização dos planos de melhoria apresentados no ano letivo anterior.

- a) Os elementos de GCA analisaram o grau de implementação dos planos de melhoria apresentados no ano letivo anterior no sentido de aferir o seu grau de implementação. Os mesmos eram referentes à criação da Associação de Estudantes, à prevenção e segurança rodoviárias, à avaliação das atividades do Plano Anual de Atividades e à análise das taxas de assiduidade, sucesso escolar dos alunos, abandono e ocorrências disciplinares. No que diz respeito à criação da Associação de Estudantes, o processo encontra-se praticamente concluído. Quanto aos restantes planos, e perante a falta de dados, os elementos do GCA optaram por solicitar uma reunião com o Diretor da Escola a realizar após a interrupção letiva de fevereiro, por questões de conciliação de agenda.

Para além disso, e dando continuidade ao trabalho realizado pelo grupo no ano anterior, o coordenador sugeriu que se procedesse à análise dos dossiês dos vários departamentos.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 91

Data: 25/02/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) **Análise de uma *checklist* para verificação dos dossiês de departamento curricular**
- a) O coordenador deste grupo de trabalho apresentou uma proposta de *checklist* para a verificação dos dossiês de departamento curricular. Após uma cuidada análise, os elementos do grupo formalizaram uma proposta definitiva.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 92

Data: 04/03/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) **Apreciação final da *checklist* por parte do grupo.**
- a) Os elementos do grupo submeteram a sua proposta à apreciação do coordenador no sentido de este se pronunciar acerca da sua adequação. Para além disso, tomaram diligências no sentido de aceder aos dossiês de Departamento Curricular. Porém, informalmente, não conseguiram entrar em contacto com os professores que, no ano anterior, exerciam o cargo de coordenadores. Esse pedido será então formalizado via correio eletrónico.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 93

Data: 11/03/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) **Apreciação do dossiê do Departamento de línguas.**
- a) Os elementos do grupo, depois da respetiva autorização por parte da direção e da concordância do coordenador face à *checklist* apresentada, analisaram o dossiê do Departamento de línguas. Este dossiê existe em suporte digital e de papel e encontra-se devidamente atualizado, constando do mesmo todos os itens da *checklist*, à exceção de matrizes dos exames de recuperação. Este documento não existe como documento oficial da escola, sendo, por isso uma

sugestão deste grupo de trabalho que o mesmo seja elaborado, tendo em conta os critérios de avaliação de cada disciplina. Os restantes dossiês, como referido anteriormente ainda não foram disponibilizados para análise, indo este grupo proceder à mesma logo que eles estejam disponíveis.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 94

Data: 18/03/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) Análise dos dossiês dos Departamentos de Ciências Humanas e de Matemática e Ciências Experimentais.
- b) Reunião com o Diretor da Escola Profissional de Fermil.
 - a) Os elementos do grupo deram continuidade à tarefa iniciada na sessão anterior, tendo concluído a verificação dos dossiês de Departamento de Ciências Humanas e o de Matemática e Ciências Experimentais.

As conclusões decorrentes da referida análise constam das grelhas elaboradas e que se encontram anexadas a esta ata. Importa ressaltar que, na generalidade os dossiês cumprem com a maior parte dos parâmetros, embora revelem alguma heterogeneidade no que diz respeito à sua composição. Esta análise levantou ainda a questão de nos três departamentos se ter verificado que as reuniões ordinárias, que se deveriam realizar uma vez por mês na sequência de cada Conselho Pedagógico acontecerem de forma muito mais esporádica,

- b) De seguida, os elementos do Grupo de auto-avaliação reuniram com o Diretor do estabelecimento no sentido de se proceder à monitorização dos Planos de Melhoria implementados até ao momento.

Em primeiro lugar, questionado sobre o plano de melhoria referente à Segurança e Prevenção Rodoviária, o Diretor referiu que os ofícios já foram enviados às Estradas de Portugal e à Câmara Municipal de Celorico, e que a Escola aguarda até à data uma resposta por parte destas entidades.

No que concerne à análise dos resultados escolares, o Diretor explicou que os mesmos foram objeto de análise e tratamento estatístico por parte da docente Isabel Araújo, estando, neste momento, disponíveis.

No que concerne à criação da Associação de Estudantes, o coordenador do Grupo de Autoavaliação explicou que o processo se encontra devidamente encaminhado. Solicitou ao Diretor a marcação de uma Reunião Geral de Alunos no início do terceiro período para aprovar os Estatutos da Associação, que carecem de mais de cinquenta por cento de aprovação para que a Associação de Estudantes possa ser registada na Associação na Hora, sendo assim legalmente constituída. O Diretor alertou que, tendo que dar prioridade aos alunos dos décimo e décimo primeiro anos, a reunião geral terá que esperar pelo fim dos estágios dos alunos do décimo primeiro ano.

Quanto ao **plano de melhoria do circuito de comunicação**, foi comunicada ao Diretor a existência de algumas falhas que poderiam facilmente ser solucionadas com algumas das medidas que se seguem:

- reunião mensal dos três Departamentos após cada reunião do Conselho Pedagógico, como consta, aliás, do Regulamento Interno.;
- apresentação das informações emanadas das reuniões do Conselho Pedagógico através de súmulas enviadas aos professores pelos coordenadores de Departamento;
- afixação na sala dos professores de uma lista de atividades a decorrer em cada mês, de forma a mais facilmente se poderem conciliar as atividades das várias disciplinas;
- disponibilização do respetivo horário para substituição por parte dos docentes quando estejam a prever faltar.

No que diz respeito aos dossiês de Departamento, os elementos do grupo sugeriram ao Diretor que a *checklist* utilizada para fazer a sua avaliação fosse divulgada na próxima reunião de Conselho Pedagógico para poder ser discutida pelos vários elementos e se chegar a uma lista de parâmetros definitiva que permitisse conferir maior homogeneidade aos três dossiês.

Finalmente, o coordenador do GCA lembrou a necessidade de elaborar o **Plano de Formação da Escola**. Sugeriu uma ação de formação subordinada ao tema dos Primeiros Socorros para o Pessoal não Docente. A professora Sandra também sugeriu uma ação de Inglês para adultos, dirigida quer ao pessoal docente quer ao pessoal não docente. O Diretor aconselhou a encaminhar este assunto para a professora Ilídia, coordenadora do Departamento de Línguas.

O Diretor do estabelecimento solicitou também que se fizesse chegar ao seu conhecimento, através do *mail* f.fevereiro@gmail.com, eventuais ocorrências para poder atuar de forma imediata.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 95

Data: 08/04/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) Preenchimento da grelha de análise referente ao dossiê dos Departamentos de Ciências Sociais e Humanas

a) Os elementos do grupo concluíram a análise dos dossiês de Departamento, tendo formalizado em grelha própria as conclusões referentes à análise do dossiê de Ciências Sociais e Humanas.

Também contactaram via *e-mail* a docente Isabel Araújo, responsável pela análise dos resultados escolares relativos ao primeiro período deste ano escolar, solicitando-lhe o envio desses dados.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 97

Data: 22/04/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) Análise do relatório referente ao desempenho escolar do primeiro período.
b) Outros assuntos.

a) Os elementos do grupo procederam à análise do relatório referido neste ponto e concluíram que o desempenho escolar dos alunos é bom, situando-se dentro das metas definidas no Projeto Educativo da Escola, exceto no que diz respeito à disciplina de Química. Também consideraram a medida das aulas de apoio direcionadas para a recuperação de módulos em atraso benéfica. Contudo salientaram que esta medida foi inviabilizada no segundo período pela sobreposição de vários apoios a diferentes disciplinas nas mesmas horas, o que deverá ser evitado futuramente.

b) A professora Sandra referiu que a checklist elaborada pelos elementos deste grupo para a avaliação dos dossiês de Departamento foi divulgada em Conselho Pedagógico para posterior discussão. Reiterou-se a necessidade de atualizar os instrumentos de gestão da Escola, nomeadamente o Projeto Educativo e o Regulamento Interno. Finalmente, procedeu-se à apreciação do trabalho até à data efetuado pelo responsável pela atualização da página da Internet deste estabelecimento, apesentando-lhe algumas informações acerca da dinâmica da Escola e sugestões no que diz respeito aos possíveis conteúdos da página.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 98

Data: 29/04/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) Elaboração do Plano de Melhoria da Comunicação;
- b) Outros assuntos.
 - a) Os elementos do grupo procederam à elaboração do Plano de Melhoria da comunicação, tendo em atenção os indicadores, os intervenientes e as propostas para se atingir a meta pretendida de uma melhoria efetiva na transmissão/partilha de informação entre os elementos da comunidade educativa. Este plano segue anexo a esta ata.
 - b) O Coordenador deste grupo informou ter feito chegar aos Coordenadores de Departamento a *checklist* de análise dos respetivos dossiês de departamento.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 99

Data: 06/05/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

- a) **Reflexão sobre a designação da revista escolar.**
 - a) Os elementos do grupo debateram da pertinência da existência de uma revista/jornal escolar para a divulgação deste estabelecimento e apresentaram sugestões de títulos representativos da Escola para essa publicação. Os elementos do grupo ficaram de transmitir as mesmas à coordenadora da biblioteca escolar, com vista à realização de uma votação para a eleição do título por parte da Comunidade Escolar.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 100

Data: 13/05/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Elaboração do Regimento do Grupo Coordenador da Autoavaliação.

a) Os elementos do grupo iniciaram a elaboração do respetivo regimento.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 101

Data: 20/05/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Finalização da primeira versão do Regimento do Grupo Coordenador da Autoavaliação.

a) Os elementos do grupo finalizaram a elaboração da primeira versão do respetivo regimento para propor à apreciação do coordenador do grupo.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 102

Data: 27/05/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Análise da nova página eletrónica da escola.

a) Os elementos do grupo analisaram a proposta de página eletrónica da Escola que está a ser elaborada em parceria com o Centro de Formação de Basto, nomeadamente com o estagiário do Curso de Informática de Gestão do Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Rui Ivan Rodrigues Gomes. Além de sugerirem algumas alterações quanto aos conteúdos a inserir na referida página, os membros deste grupo entenderam solicitar aos Coordenadores de Departamento e Coordenadores de Curso a análise da mesma página, de forma a darem o seu parecer relativamente à área que lhes diz respeito.

Sessão de trabalho do GCA

Nº 103

Data: 03/06/2015, pelas 13h25

Ordem de trabalhos:

a) Análise dos Estatutos da Associação de Estudantes.

- a) Os elementos do grupo analisaram a proposta de Estatutos da Associação de Estudantes e anotaram algumas questões a debater em conjunto com o Coordenador deste Grupo de Trabalho, para que estes sejam claros e de acordo com a Lei Geral vigente.

Plano de Atividades

Grupo Coordenador da Autoavaliação Escolar (Ano Letivo 2014-2015)

Reuniões do Grupo: 4ª feira – 13h25m

Grupo Coordenador da Autoavaliação Escolar:

- Coordenador: João Carlos Sousa
- Docentes: Célia Gonçalves Luís Matos e Sandra Pinto;
- Discentes: a definir

Auxiliar Técnica: Ângela Figueiras
Encarregados de Educação: a definir


Objetivos	Estratégias/ Atividades	Intervenientes	Calendarização	Observações/ Outros indicações
<p>De acordo com o artigo 6 do decreto-lei nº 31/ 2002, de 20 de dezembro, “a autoavaliação tem um carácter obrigatório, desenvolvendo-se em permanência...”; os seus objetivos são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência, apoiar a formulação e o desenvolvimento das políticas de educação e formação e assegurar a disponibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> a. Definir horário de reunião do grupo de autoavaliação (semanal); b. Fazer balanço das atividades realizadas no ano transato; c. Elaborar o regimento do grupo de autoavaliação escolar; d. Elaborar o plano de atividades do grupo de trabalho da autoavaliação para o ano de 2014-2015; e. Fazer planos de intervenção (de acordo com os constrangimentos definidos no relatório final da 	<p>Grupo de autoavaliação</p>	<p>setembro / outubro</p> <p>setembro / novembro</p> <p>ano de 2015</p>	

<p>de informação de gestão daquele sistema;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotar a administração educativa local, regional e nacional, e a sociedade em geral, de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo, integrando e contextualizando a interpretação dos resultados da avaliação; • Assegurar o sucesso educativo, promovendo uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade nas escolas; • Permitir incentivar as ações e os processo de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados das escolas, através de intervenções públicas de reconhecimento e apoio a estas; • Sensibilizar os vários membros da comunidade educativa para a participação ativa no processo educativo; • Garantir a credibilidade do desempenho dos estabelecimentos de educação e de ensino; • Valorizar o papel dos vários membros da comunidade escolar, em especial dos 	<p>Avaliação Externa do ano anterior.</p> <p>f. Monitorizar</p> <ul style="list-style-type: none"> • planos de melhoria realizados e entregues no ano anterior; • Resultados escolares e estratégias de melhoria; • Observatório da empregabilidade e da progressão de estudos por parte dos discentes da escola que terminam os seus cursos; • As funções e responsabilidades das lideranças intermédias; <p>g. Incentivar a institucionalização de um Grupo de acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades e dos Projetos da Escola com base no coordenador dos projetos;</p> <p>h. Analisar as funções e responsabilidades das lideranças através de análise documental;</p> <p>i. Promover a criação de uma associação de estudantes;</p>	<p>Comunidade escolar</p> <p>Grupo de autoavaliação</p>	<p>outubro/novembro</p> <p>Durante todo ano letivo 2014-2015</p>	
--	---	---	--	--

<p>professores, alunos, dos pais e encarregados de educação, das autarquias locais e dos funcionários não docentes da escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do sistema educativo e dos projetos educativos. 	<ul style="list-style-type: none"> j. Continuar o incentivo da criação da sala de convívio dos alunos; k. Continuar a auscultação da comunidade educativa, através de um inquérito-questionário, no tocante às melhorias a efetuar na Escola, bem como às sugestões a propor, no sentido de as concretizar; l. Promover a Educação e Prevenção Rodoviária: especialmente na estrada nacional; m. Divulgar, através de sessões públicas de esclarecimento, sempre que seja oportuno, o trabalho efetuado com a apresentação dos resultados obtidos; n. Sugerir a criação de um núcleo de professores/tutores para acompanhar alunos em risco de insucesso e/ou abandono escolar; o. Divulgar os relatórios intermédios e finais do GCA na página da escola. 	<p>Direção (nomeação de grupo de trabalho específico)</p> <p>Coordenadora dos Dts</p> <p>(colaboração de todos os Dts)</p> <p>Direção (nomeação de grupo de trabalho específico)</p> <p>Coordenador dos Projetos (nomeação de um grupo de trabalho); colaboração dos Coordenadores de Departamento</p>	<p>Nas reuniões de avaliação e posterior reflexão nas reuniões de cada Departamento.</p> <p>Durante todo ano letivo 2014-2015</p>	
---	--	--	---	--

		<p>Grupo de autoavaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - diretor - coordenadores - coord. dos funcionários <p>Grupo de autoavaliação (toda a comunidade escolar)</p>	<p>2º e 3º períodos letivos</p> <p>Sempre que necessário (previsão: início dezembro)</p> <p>Ao longo ao ano letivo</p>	
--	--	---	--	--

Nota: Este **plano de atividade** e intervenção não se encontra concluído, podendo sofrer alterações sempre que sejam necessárias ou pertinentes.




Relatório de autoavaliação 2013/2014

Pessoal docente: João Sousa, Luísa Esteves, Isabel Araújo

Pessoal não docente: Ângela Lopes

Pessoa discente: Irina Ribeiro (12º ano), Pedro Noval (11º ano) e Joana Magalhães (10º ano)



Objetivos da Autoavaliação

CAPACIDADE DE AUTORREGULAÇÃO

- Identificar o grau de concretização dos objetivos fixados no Projeto Educativo;
- Avaliar as atividades;
- Avaliar a organização e gestão da escola:
 - . Resultados escolares;*
 - . Prestação do serviço educativo.*

- d) Detetar pontos fracos;
- e) Propor planos de melhoria;
- f) Avaliar a implementação e o impacto dos mesmos.

**AUMENTO DA QUALIDADE DO SERVIÇO
EDUCATIVO:**

- . **Organização, gestão e funcionamento** da escola;
- . **Sucesso educativo.**

**I. DIAGNÓSTICO DOS PONTOS FORTES E
FRACOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE
FERMIL, baseado em...**

- a) **relatórios de Avaliação Externa** anteriores;
- b) **auscultação** dos diferentes **intervenientes escolares** (pessoal docente e não docente, alunos, encarregados de educação) através de **entrevistas e inquéritos**.
- c) **feed-back** decorrente da apresentação do anterior relatório de Autoavaliação.

2. NECESSIDADES IDENTIFICADAS

a) Concretização do Projeto Educativo da Escola;

b) Pessoal docente e não docente:

- . Reprogramação: alargamento do horário;
- . Cantina: diversificação das refeições/alimentos (peixe);
- . Bar: venda de fruta;
- . Biblioteca Escolar: necessidade de assistente operacional no intervalo maior da manhã e da tarde;
- . Direção: transmissão ainda mais eficiente de informação (veiculação de circulares; existência de um livro com registo das necessidades pontuais dos docentes e discentes, com vista a evitar-se o constante incómodo da Direção).

c) Alunos:

- . Análise dos resultados escolares e das taxas de sucesso/insucesso:
 - . Sucesso académico;
 - . Módulos concluídos;
 - . Nº módulos em atraso;
 - . Módulos recuperados mensalmente;
 - . Frequência do Apoio Educativo.
- . Análise da assiduidade e do comportamento:
 - . Ultrapassagem do limite de faltas por módulo;
 - . Abandono escolar;
 - . Ocorrências disciplinares;
 - . Medidas sancionatórias aplicadas.

c) Alunos (continuação)

- .Análise da relevância da formação ministrada pela EPF no futuro dos alunos
- . Prosseguimento de estudos;
- . Inserção na vida ativa.

d) Encarregados de Educação:

- . Reflexão sobre a participação e o empenhamento na vida escolar dos educandos;
- . Mobilização dos mesmos pela e para a Escola.

3. ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

- a) Realização de entrevistas e inquéritos aos elementos da comunidade escolar para confirma/infirmar as necessidades identificadas no ponto anterior;
- b) Análise documental;
- c) Reflexão sobre os resultados escolares;
- d) Monitorização da implementação dos planos de melhoria apresentados no ano anterior;

- e) Verificação dos resultados dos planos de melhoria implementados;
- f) Criação da Associação de Estudantes;
- g) Criação da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- h) Reformulação de planos e/ou apresentação de novos planos de melhoria de acordo com as necessidades emergentes.

4. AÇÕES IMPLEMENTADAS

- a) Divulgação do relatório de autoavaliação referente ao ano letivo anterior;
- b) Auscultação da comunidade educativa através de:
 - . Inquéritos por questionário de resposta aberta, junto dos vários intervenientes no processo de ensino/aprendizagem;
 - . Entrevistas;
 - . Análise documental.

c) Verificação da implementação dos planos de melhoria elaborados no ano letivo anterior;

d) Elaboração de planos de melhoria e monitorização da sua implementação:

- . Avaliação sistemática das atividades implementadas no âmbito do Plano Anual de Atividades, através da utilização das fichas criadas para o efeito;

- . Prevenção e segurança rodoviária, especialmente junto à nacional adjacente à Escola;

- . Apoio à criação da Associação de Estudantes.

e) O GCA aconselhou à criação de um núcleo de professores tutores cuja função principal seja o acompanhamento de alunos em risco de insucesso e/ou abandono escolar;

f) Sugeriu a criação de uma ficha de auto-avaliação a preencher pelos alunos no final de cada módulo;

g) Necessidade de alargar os horários da reprografia e da biblioteca escolar;

h) Necessidade de elaborar um plano de formação para pessoal docente e não docente.

i) Conveniência de criar uma sala de convívio para os alunos.

- Avaliação da IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE MELHORIA (novembro 2014)

. CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES

Já existe uma comissão instaladora, mas ainda não há Associação de Estudantes.

. PREVENÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Foram estabelecidos contactos com as entidades competentes.

- Inexistência de paragem de autocarro na faixa de rodagem no sentido Celorico-Fermil;

- Ausência de sinalização/ lombas de controle de velocidade;

- Não foram desenvolvidas ações de sensibilização na comunidade educativa, relativamente à prevenção e segurança rodoviária.

6. PONTOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

- a) Monitorização dos resultados escolares, dos índices de absentismo, abandono escolar e ocorrências disciplinares;
- b) Criação do observatório da empregabilidade e progressão de estudos;
- c) Acompanhamento e avaliação da concretização do Plano Anual de Atividades;
- d) Acompanhamento da implementação dos planos de melhoria (Criação da Associação de Estudantes/ Prevenção Rodoviária);
- e) Monitorização das funções e responsabilidades das lideranças intermédias.

Anexo 4 - Planos de melhoria – Prevenção e Segurança Rodoviária

Ponto fraco

- Segurança na circulação dos alunos nos espaços exteriores adjuntos à escola.

Indicadores

- Acidente rodoviário ocorrido a 9 de maio de 2013 no passeio em frente à escola;
- Aglomeração de alunos junto à estrada nacional na hora de entrada e saída das aulas;
- Ausência de paragem de autocarro na faixa de rodagem no sentido Celorico-Fermil.

Objetivos

- Promover o cumprimento de regras de segurança na circulação rodoviária;
- Desenvolver valores de cidadania e de respeito mútuo;
- Promover a melhoria dos espaços circundantes à escola.

Estruturas Intervenientes

- Órgãos de gestão da escola;
- Conselho de Diretores de Turma;
- Autarquia;
- EP – Estradas de Portugal.

Metas a cumprir

- 0 acidentes.

Calendarização:

- Ao longo do ano letivo.

Propostas de intervenção

- Contactar a Junta Autónoma de Estradas e a Autarquia para arranjo dos espaços exteriores à escola, nomeadamente, o alargamento da via e a construção de passeios (que permita a circulação dos alunos em segurança, inclusive para a quinta e para o internato), a construção de abrigos/paragem de autocarro (nos dois lados da estrada nacional) e a colocação de sinalização limitadora de velocidade na estrada nacional;
- Desenvolver ações de sensibilização na comunidade educativa, relativamente à prevenção e segurança rodoviária.

Avaliação

- Final do ano letivo.

Equipa de autoavaliação 04 de dezembro de 2013

Anexo 5 – Página da Escola

Plano de Melhoria da Página da Escola

Ponto fraco

- *Site* da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto na internet (dificuldades na navegação e elementos importantes desatualizados ou inexistentes).

Indicadores

- Documentos desactualizados:
 - PAA e as notícias referentes à concretização das respectivas actividades; Critérios de avaliação; Planificações das disciplinas de todos os departamentos; galeria de fotos; Documentos referentes à Biblioteca Escolar (horário; normas de funcionamento e relatórios de auto-avaliação); Oferta Educativa; Convocatórias para reuniões; Informações sobre a escola.
- Documentos inexistentes:
 - Informação referente às turmas: cursos, horários, lista dos directores de turma e respectivos horários de atendimento; lista dos delegados e subdelegados de cada turma; Calendário Escolar, calendarização da Formação em Contexto de Trabalho e das visitas de estudo; Reuniões com Encarregados de Educação; modelo para justificação de faltas pelos Encarregados de Educação.
 - Documentos estruturantes da Escola: Projecto Educativo e Regulamento Interno; Avaliação Interna e Externa da escola.

Estruturas Intervenientes

- Direcção

Metas a cumprir

- Site apelativo e dinâmico com informações e documentos devidamente actualizados e pertinentes que sirva de elo de ligação entre a escola, os seus elementos e a comunidade em geral.

Calendarização

- Ao longo do ano letivo.

Propostas de intervenção

Criação de uma comissão para a revisão e actualização dos documentos estruturantes da escola (Projecto Educativo e Regulamento Interno);
Nomeação de um responsável pela recolha da informação e pela actualização do *site*.

Avaliação

- Final do ano letivo. Grupo coordenador da Autoavaliação

21 de janeiro de 2015

Anexo 6 – Checklist para análise dos dossiês dos Departamentos

GRELHA DE ANÁLISE DE DOSSIÊ DE DEPARTAMENTO CURRICULAR

DEPARTAMENTO _____

ANO LETIVO 2014/2015

Descrição sucinta da organização e do conteúdo do Dossiê:		
Itens	Sim	Não
I		
Relação nominal dos docentes que o constituem		
Cópia dos horários dos docentes do Departamento		
Convocatórias e atas das reuniões		
Correspondência para divulgação junto dos elementos do Departamento		
Projeto Educativo da Escola; Regulamento Interno, Regimento do Departamento e Plano de Atividades		
Relatórios referentes à concretização das atividades que constam do Plano Anual de Atividades		
Análise das necessidades de formação dos professores		
Plano de Formação (ações de formação, seminários, <i>workshops</i> ou conferências) com base nas necessidades identificadas no ponto anterior		
II		
Exemplares dos programas curriculares		
Listagem de manuais escolares ou documentos similares		
Planificação das atividades das várias disciplinas, que evidenciam os objetivos, os conteúdos programáticos, as situações de aprendizagem, os recursos e a avaliação dos alunos		
Critérios de avaliação gerais e específicos de cada disciplina que integra o departamento		
Exemplares de todas as provas escritas realizadas, assim como das fichas de trabalho utilizadas pelos docentes		
Matrizes para a realização de Exames de Recuperação		

III		
Exemplares dos documentos oficiais adotados pela Escola: planificações, matriz dos exames; ficha para a avaliação dos apoios pedagógicos; planos de recuperação; relatórios de atividades; documento para atestar a recuperação de horas letivas, fichas de autoavaliação dos alunos, entre outros.		
Cópia de instrumentos de observação e grelhas de análise referentes à Avaliação de Desempenho dos Professores		
IV		
Análise do desempenho escolar das diferentes turmas nas disciplinas que integram o departamento: identificação dos pontos fortes e fracos; estratégias adotadas para colmatar dificuldades e respetiva avaliação no final do segundo período e no final do ano letivo.		
<p><i>Nota:</i> Os documentos acima referidos poderão encontrar-se arquivados em suporte de papel ou em suporte digital (<i>pen</i> ou CD).</p>		
<p>Apreciação geral do Dossiê (avaliação qualitativa)</p>		

_____ , _____ de 2015.

Os Elementos do Grupo Coordenador da Autoavaliação

Anexo 7 – Grelhas de análise dos Departamentos

GRELHA DE ANÁLISE DE DOSSIÊ DE DEPARTAMENTO CURRICULAR

DEPARTAMENTO *Matemática e Ciências Experimentais*

ANO LETIVO 2014/2015

Descrição sucinta da organização e do conteúdo do Dossiê:		
Itens	Sim	Não
I		
Relação nominal dos docentes que o constituem		X
Cópia dos horários dos docentes do Departamento		X
Convocatórias das reuniões	X	
Atas das reuniões	X	
Correspondência para divulgação junto dos elementos do Departamento	X	
Projeto Educativo da Escola; Regulamento Interno, Regimento do Departamento e Plano de Atividades	X	
Relatórios referentes à concretização das atividades que constam do Plano Anual de Atividades		X
Análise das necessidades de formação dos professores		X
Plano de Formação (ações de formação, seminários, <i>workshops</i> ou conferências) com base nas necessidades identificadas no ponto anterior		X
II		
Exemplares dos programas curriculares	X	
Listagem de manuais escolares ou documentos similares	X	
Planificação das atividades das várias disciplinas, que evidenciam os objetivos, os conteúdos programáticos, as situações de aprendizagem, os recursos e a avaliação dos alunos	X	
Critérios de avaliação gerais e específicos de cada disciplina que integra o departamento		X
Exemplares de todas as provas escritas realizadas, assim como das fichas de trabalho utilizadas pelos docentes		X
Matrizes para a realização de Exames de Recuperação (Não se aplica.)		
III		

Exemplares dos documentos oficiais adotados pela Escola: planificações, matriz dos exames; ficha para a avaliação dos apoios pedagógicos; planos de recuperação; relatórios de atividades; documento para atestar a recuperação de horas letivas, fichas de autoavaliação dos alunos, entre outros.	X	
Cópia de instrumentos de observação e grelhas de análise referentes à Avaliação de Desempenho dos Professores	X	
IV		
Análise do desempenho escolar das diferentes turmas nas disciplinas que integram o departamento: identificação dos pontos fortes e fracos; estratégias adotadas para colmatar dificuldades e respetiva avaliação no final do segundo período e no final do ano letivo.	X	
<p>Nota:</p> <p>Os documentos acima referidos poderão encontrar-se arquivados em suporte de papel ou em suporte digital (pen ou CD).</p>		
<p>Apreciação geral do Dossiê (avaliação qualitativa)</p> <p>O dossiê existe em suporte digital, referindo-se não só ao ano letivo de 2013/2014, mas também aos anos letivos anteriores (desde 2007/2008), o que permite ter uma noção da continuidade do trabalho deste departamento.</p> <p>O dossiê contempla a generalidade dos documentos enunciados nesta <i>checklist</i>, tendo-se verificado a ausência dos documentos assinalados.</p> <p>Ano letivo 2013/2014</p> <p>Quanto às planificações anuais, apenas constam as de Produção Agrária e Economia. Muito embora existam planificações anuais correspondentes a edições anteriores de cursos que continuam a ser lecionados na Escola. Os programas das diferentes disciplinas também não constam do dossiê, contudo, estes encontram-se facilmente acessíveis através do <i>site</i> da ANQ.</p> <p>O Plano Anual de Atividades do ano letivo em análise (2013/2014) está completo, verificando-se todavia a ausência dos relatórios referentes à realização dessas atividades.</p> <p>O GCA verificou que apenas se realizaram duas reuniões de Departamento, não constando as atas do dossiê.</p> <p>O Plano da Matemática que consta do dossiê refere-se ao ano letivo 2011-2012.</p> <p>A análise do desempenho escolar dos alunos existe, mas é referente ao primeiro período do ano letivo transato e não foram apresentadas estratégias para colmatar as lacunas identificadas.</p>		

GRELHA DE ANÁLISE DE DOSSIÊ DE DEPARTAMENTO CURRICULAR

DEPARTAMENTO *Ciências Sociais e Humanas*

ANO LETIVO 2014/2015

Descrição sucinta da organização e do conteúdo do Dossiê:		
Itens	Sim	Não
I		
Relação nominal dos docentes que o constituem		X
Cópia dos horários dos docentes do Departamento		X
Convocatórias e atas das reuniões	X	
Correspondência para divulgação junto dos elementos do Departamento		X
Projeto Educativo da Escola; Regulamento Interno, Regimento do Departamento e Plano de Atividades	X	
Relatórios referentes à concretização das atividades que constam do Plano Anual de Atividades	X	
Análise das necessidades de formação dos professores		X
Plano de Formação (ações de formação, seminários, <i>workshops</i> ou conferências) com base nas necessidades identificadas no ponto anterior		X
II		
Exemplares dos programas curriculares	X	
Listagem de manuais escolares ou documentos similares		X
Planificação das atividades das várias disciplinas, que evidenciam os objetivos, os conteúdos programáticos, as situações de aprendizagem, os recursos e a avaliação dos alunos	X	
Critérios de avaliação gerais e específicos de cada disciplina que integra o departamento	X	
Exemplares de todas as provas escritas realizadas, assim como das fichas de trabalho utilizadas pelos docentes		X
Matrizes para a realização de Exames de Recuperação		

III		
Exemplares dos documentos oficiais adotados pela Escola: planificações, matriz dos exames; ficha para a avaliação dos apoios pedagógicos; planos de recuperação; relatórios de atividades; documento para atestar a recuperação de horas letivas, fichas de autoavaliação dos alunos, entre outros.	X	
Cópia de instrumentos de observação e grelhas de análise referentes à Avaliação de Desempenho dos Professores	X	
IV		
Análise do desempenho escolar das diferentes turmas nas disciplinas que integram o departamento: identificação dos pontos fortes e fracos; estratégias adotadas para colmatar dificuldades e respetiva avaliação no final do segundo período e no final do ano letivo.		X
<p>Nota:</p> <p>Os documentos acima referidos poderão encontrar-se arquivados em suporte de papel ou em suporte digital (pen ou CD).</p>		

Anexo 8 - Guião-Entrevista aos Coordenadores de Departamento

1. Com que frequência se realizam as reuniões de departamento?
2. Deveriam ocorrer mais reuniões?
3. Quais os principais assuntos tratados (nas reuniões)?
4. Perante os problemas diagnosticados ao nível do processo ensino- aprendizagem (falta de material, de pontualidade, de assiduidade; comportamentos impróprios; aproveitamento insatisfatório; não comparência nas aulas de apoio e de sala de estudo dos alunos com módulos em atraso), quais as estratégias implementadas, pelo departamento, no sentido de melhorar estas situações?
5. Qual o procedimento habitual para se comunicar a realização de uma atividade do PAA?
6. Quando uma atividade do PAA não se concretiza é apresentada uma justificação?
7. Como é que o coordenador do departamento comunica as informações recebidas no Conselho Pedagógico?
8. Qual o procedimento adotado, pelos membros do departamento, para levar alguma informação/comunicação ao Conselho Pedagógico?
9. No início de cada ano letivo, há uma reflexão sobre os critérios de avaliação, as planificações e as atividades a desenvolver pelo departamento, bem como uma atualização, se for conveniente?
10. Que documentos arquiva no dossiê de departamento?
11. Os membros do departamento respeitam as orientações do Coordenador?
12. Que sugestões proporia para a melhoria do serviço prestado pela Escola?

Anexo 9 – Plano de melhoria para a criação da Associação de Estudantes

Plano de melhoria

Ponto fraco

- Inexistência de Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto.

Indicadores

- Inexistência Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto.

Objetivos

- Promover a constituição da Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto.

Estruturas Intervenientes

- Comunidade Educativa.

Metas a cumprir

- 1 Associação de Estudantes.

Calendarização:

- Ao longo do ano letivo.

Propostas de intervenção

- Incentivar a formação de uma comissão instaladora da Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto.

Avaliação

- Final do ano letivo.

Equipa de autoavaliação
11 de dezembro de 2013

Anexo 10 – Plano de melhoria da Comunicação

Ponto fraco

- Não ser dado conhecimento atempado de todas as atividades a decorrer;
- A não articulação interdisciplinar.

Indicadores

- Os professores, por vezes, só têm conhecimento de que uma turma/ alunos se vai ausentar da aula no próprio dia;
- Cancelamento de aulas por sobreposição de atividades sem aviso prévio;
- Ausência de regularidade das reuniões de Departamento;
- A não realização da articulação interdisciplinar nas primeiras reuniões de Conselho de Turma do ano letivo;
- *Placards* com informação desatualizada;
- Documentos estruturantes da escola desatualizados, dificultando a atuação dos agentes educativos.

Estruturas Intervenientes

- Direção
- Departamentos
- Conselhos de Turma

Metas a cumprir

- Tornar a comunicação mais fluida, eficiente, atempada e acessível a todos os elementos da comunidade educativa.

Calendarização

- Ao longo do ano letivo.

Propostas de intervenção

Afixação de uma minuta da reunião do Conselho Pedagógico no prazo de uma semana após a realização da mesma;

Reuniões de Departamento após cada Conselho Pedagógico;

Afixação mensal, na sala de professores, das atividades a realizar;

Atualização dos *placards* de informação;

Realização da articulação interdisciplinar nas primeiras reuniões de Conselho de Turma;

Transmissão da informação sobre o funcionamento da escola, documentos estruturantes e funcionamento da plataforma informática aos novos professores no início do ano letivo;

Consulta efetiva aos docentes em sede de Conselho de Departamento quanto à criação/ adoção de novos procedimentos/ documentos.

Avaliação

- Final do ano letivo.

Grupo coordenador de autoavaliação

29 de abril de 2015

Anexo 11 – Estatutos da Associação de Estudantes



Estatutos da Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto

Artigo 1.º

Denominação, sede e duração

1. A Associação, sem fins lucrativos, adota a denominação Associação de Estudantes da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto, é simbolizada pela sigla AEEPFCB e tem a sede na Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto, União de Freguesias de Veade, Gagos e Molares, concelho de Celorico de Basto e constitui-se por tempo indeterminado
2. A associação tem o número de pessoa coletiva ... e o número de identificação na segurança social...

Artigo 2.º

Fim

1. Representar os alunos e defender os seus interesses.
2. Promover a formação cívica, física, social, cultural e científica dos seus membros.
3. Estabelecer a ligação da escola e dos seus associados à realidade socioeconómica e política do país.
4. Defender e promover os valores fundamentais associados à dignidade da pessoa humana.
5. Contribuir para a participação dos seus associados na discussão de problemas educativos.
6. Estimular os seus membros para a vivência e participação associativa na vida escolar.

7. Cooperar não só com a comunidade escolar na busca de soluções e resoluções para eventuais problemas, como também, com associações estudantis, nacionais ou internacionais, cujos princípios não contrariem os atrás mencionados.
8. Organizar encontros, colóquios, conferências ou seminários, sempre que tal se demonstre de interesse para os alunos ou comunidade escolar.
9. Informar os alunos de todas as suas atividades, incluindo as de âmbito extraescolar, que se revelem de interesse para os alunos.

Artigo 3.º

Receitas

Constituem receitas da associação, designadamente:

- a) a joia inicial paga pelos sócios;
- b) o produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;
- c) os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das atividades sociais;
- d) as liberalidades aceites pela associação;
- e) os subsídios que lhe sejam atribuídos.

Artigo 4.º

Órgãos

1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal.
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 1 ano.

Artigo 5.º

Assembleia geral

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

2. A competência da assembleia geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.
3. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respetivas atas.

Artigo 6.º

Direção

1. A direção é composta por um número mínimo de 5 elementos, tendo obrigatoriamente que existir um presidente, um vice-presidente, um secretário, e dois vogais.
2. À direção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, e representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.
4. Aquando da aprovação do plano de atividades e orçamento, a Direção apresentará um regulamento interno, de onde constarão as funções dos seus elementos.
5. Apenas alunos do 10º ou 11º ano podem candidatar-se aos cargos de Direção.

Artigo 7.º

Conselho Fiscal

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 3 associados. Um presidente, um secretário e um relator.
2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os atos administrativos e financeiros da direção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os atos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

Artigo 8.º

Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia geral.

Artigo 9.º

Extinção. Destino dos bens.

Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.

Artigo 10.º

O s associados declaram ter sido informados que devem proceder à entrega da declaração e início de atividade para efeitos fiscais, no prazo legal de 90 dias.

Fermil de Basto e Escola Profissional de Fermil, 11 de junho de 2015